

Diário do Legislativo de 23/05/2006

MESA DA ASSEMBLÉIA

Presidente: Deputado Mauri Torres - PSDB

1º-Vice-Presidente: Deputado Rêmoló Aloise - PSDB

2º-Vice-Presidente: Deputado Rogério Correia - PT

3º-Vice-Presidente: Deputado Fábio Avelar - PTB

1º-Secretário: Deputado Antônio Andrade - PMDB

2º-Secretário: Deputado Luiz Fernando Faria - PP

3º-Secretário: Deputado Elmiro Nascimento - PFL

SUMÁRIO

1 - ORDENS DO DIA

1.1 - Plenário

1.2 - Mesa da Assembléia

1.3 - Comissões

2 - EDITAIS DE CONVOCAÇÃO DE REUNIÃO

2.1 - Plenário

2.2 - Comissões

3 - TRAMITAÇÃO DE PROPOSIÇÕES

4 - PRONUNCIAMENTOS REALIZADOS EM REUNIÕES ANTERIORES

5 - MATÉRIA ADMINISTRATIVA

ORDENS DO DIA

Ordem do Dia da 37ª Reunião Ordinária da 4ª Sessão Legislativa Ordinária da 15ª Legislatura, em 23/5/2006

1ª Parte

1ª Fase (Expediente)

(das 14 horas às 14h15min)

Leitura e aprovação da ata da reunião anterior. Leitura da correspondência.

2ª Fase (Grande Expediente)

(das 14h15min às 15h15min)

Apresentação de proposições e oradores inscritos.

2ª Parte (Ordem do Dia)

1ª Fase

(das 15h15min às 16h15min)

Comunicações da Presidência. Apreciação de pareceres e requerimentos.

Discussão da indicação dos nomes de Avani Avelar Xavier Lanza, Arminda Rosa Rodrigues da Matta Machado, Ângela Imaculada Loureiro de Freitas Dalben, Francisco César Sá Barreto e Façal David Freire Chequer para comporem como membros o Conselho Estadual de Educação. A Comissão Especial opina pela aprovação dos nomes.

2ª Fase

(das 16h15min às 18 horas)

Votação, em turno único, do Projeto de Resolução nº 3.133/2006, da Comissão de Fiscalização Financeira, que ratifica o Regime Especial de Tributação nº 013/2006, concedido à Empresa Barbosa & CIA Ltda.

Votação, em turno único, do Projeto de Resolução nº 3.134/2006, da Comissão de Fiscalização Financeira, que ratifica o Regime Especial de Tributação nº 014/2006, concedido à Empresa Frisa Frigorífico Rio Doce S.A.

Votação, em turno único, do Projeto de Resolução nº 3.135/2006, da Comissão de Fiscalização Financeira, que ratifica o Regime Especial de Tributação nº 016/2006, concedido à Empresa Sadia S.A.

Votação, em turno único, do Projeto de Resolução nº 3.136/2006, da Comissão de Fiscalização Financeira, que ratifica o Regime Especial de Tributação nº 018/2006, concedido à Empresa Frigorífico Nossa Senhora da Saúde Ltda.

Votação, em 1º turno, do Projeto de Lei nº 1.596/2004, do Deputado Doutor Ronaldo, que dispõe sobre a orientação de segurança aos passageiros de transporte coletivo intermunicipal. A Comissão de Justiça concluiu pela constitucionalidade projeto na forma do Substitutivo nº 1, que apresentou. As Comissões de Transporte e de Fiscalização Financeira opinaram pela aprovação do projeto na forma do Substitutivo nº 1, da Comissão de Justiça. Emendado em Plenário, voltou o projeto à Comissão de Transporte, que opina pela aprovação da Emenda nº 1.

Discussão, em 2º turno, do Projeto de Lei nº 2.196/2005, do Governador do Estado, que autoriza o Poder Executivo a doar ao Município de Monte Santo de Minas os imóveis que especifica. A Comissão de Fiscalização Financeira opina pela aprovação do projeto na forma do vencido em 1º turno.

Discussão, em 1º turno, do Projeto de Lei nº 2.363/2005, da Deputada Lúcia Pacífico, que regulamenta informações e documentos a serem fornecidos ao consumidor na hipótese de negativa total ou parcial de cobertura por operadora de plano de assistência à saúde. A Comissão de Justiça conclui pela constitucionalidade do projeto na forma do Substitutivo nº 1, que apresenta. A Comissão de Defesa do Consumidor opina pela aprovação do projeto na forma do Substitutivo nº 1, da Comissão de Justiça.

Discussão, em 1º turno, do Projeto de Lei nº 2.413/2005, do Deputado Zé Maia, que autoriza o Poder Executivo a doar à Companhia de Habitação do Estado de Minas Gerais o imóvel que especifica. A Comissão de Justiça conclui pela constitucionalidade do projeto. A Comissão de Fiscalização Financeira opina pela aprovação do projeto.

Discussão, em 1º turno, do Projeto de Lei nº 2.541/2005, do Governador do Estado, que autoriza o Poder Executivo a doar ao Município de Frutal o imóvel que especifica. A Comissão de Justiça conclui pela constitucionalidade do projeto com a Emenda nº 1, que apresenta. A Comissão de Fiscalização Financeira opina pela aprovação do projeto com a Emenda nº 1, da Comissão de Justiça.

Discussão e votação de pareceres de redação final.

Ordem do dia da 19ª reunião Ordinária da mesa da Assembléia, a realizar-se às 10 horas do dia 23/5/2006

1ª Parte (Expediente)

Leitura e aprovação da ata da reunião anterior. Leitura da correspondência e da matéria recebida. Designação de relatores.

2ª Parte (Ordem do Dia)

Discussão e apreciação de pareceres sobre proposições sujeitas à apreciação do Plenário da Assembléia.

Discussão e votação de proposições da Mesa da Assembléia.

Ordem do dia da 8ª reunião ordinária da comissão de Segurança Pública Na 4ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA 15ª LEGISLATURA, a realizar-se às 10 horas do dia 23/5/2006

1ª Parte (Expediente)

Leitura e aprovação da ata. Leitura da correspondência e da matéria recebida. Designação de relatores.

2ª Parte (Ordem do Dia)

Discussão e votação de proposições que dispensam a apreciação do Plenário da Assembléia:

Em turno único: Projeto de Lei nº 3.157/2006, do Deputado Luiz Fernando Faria.

Requerimentos nºs 6.563/2006, do Deputado Doutor Viana; 6.568/2006, do Deputado Padre João; 6.572, 6.573, 6.581, 6.582/2006, da Comissão de Direitos Humanos; 6.599/2006, do Deputado Doutor Ronaldo; e 6.605/2006, da Comissão de Direitos Humanos.

Finalidade: debater a questão dos depósitos de veículos apreendidos pelo Estado, a possibilidade de realização de leilões desses veículos e a destinação dos recursos arrecadados nesses leilões.

Discussão e votação de proposições da Comissão.

Ordem do dia da 9ª reunião ordinária da comissão de Política Agropecuária e Agroindustrial, a realizar-se às 10 horas do dia 23/5/2006

1ª Parte (Expediente)

Leitura e aprovação da ata. Leitura da correspondência e da matéria recebida. Designação de relator.

2ª Parte (Ordem do Dia)

Finalidade: debater, em audiência pública, os desdobramentos da CPI do Preço do Leite.

Discussão e votação de pareceres sobre proposições sujeitas à apreciação do Plenário da Assembléia:

No 2º turno: Projetos de Resolução nºs 2.888/2005 e 2.923/2006, da Comissão de Política Agropecuária e Agroindustrial.

Discussão e votação de proposições da Comissão.

Ordem do dia da 6ª reunião ordinária da comissão de Transporte, Comunicação e Obras Públicas Na 4ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA 15ª LEGISLATURA, a realizar-se às 14h30min do dia 23/5/2006

1ª Parte (Expediente)

Leitura e aprovação da ata. Leitura da correspondência e da matéria recebida. Designação de relator.

2ª Parte (Ordem do Dia)

Discussão e votação de proposições que dispensam a apreciação do Plenário da Assembléia:

Em turno único: Projetos de Lei nºs 2.996/2006, do Deputado Sebastião Helvécio; 3.046/2006, do Deputado Dalmo Ribeiro Silva.

Requerimentos nºs 6.542, 6.543, 6.544 e 6.545/2006, da Comissão de Educação, Ciência, Tecnologia e Informática; 6.585/2006, do Deputado Dinis Pinheiro; 6.587/2006, do Deputado Doutor Viana.

Discussão e votação de proposições da Comissão.

Ordem do dia da 10ª reunião ordinária da comissão do Trabalho, da Previdência e da Ação Social Na 4ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA 15ª LEGISLATURA, a realizar-se às 14h30min do dia 23/5/2006

1ª Parte (Expediente)

Leitura e aprovação da ata. Leitura da correspondência e da matéria recebida. Designação de relatores.

2ª Parte (Ordem do Dia)

Discussão e votação de proposições que dispensam a apreciação do Plenário da Assembléia:

Em turno único: Projetos de Lei nºs 3.069/2006, do Deputado Márcio Passos; 3.185/2006, do Deputado Antônio Andrade; 3.196/2006, da Deputada Vanessa Lucas.

Requerimento nº 6.603/2006, da Deputada Maria Olívia.

Discussão e votação de proposições da Comissão.

Ordem do dia da 10ª reunião ordinária da comissão de Cultura Na 4ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA 15ª LEGISLATURA, a realizar-se às 14h30min do dia 23/5/2006

1ª Parte (Expediente)

Leitura e aprovação da ata. Leitura da correspondência e da matéria recebida. Designação de relatores.

2ª Parte (Ordem do Dia)

Discussão e votação de proposições que dispensam a apreciação do Plenário da Assembléia:

Em turno único: Projetos de Lei nºs 2.821/2005, do Deputado Weliton Prado; 2.991/2006, da Deputada Maria Tereza Lara; 3.072/2006, do Deputado Zé Maia; 3.116/2006, do Deputado Célio Moreira.

Requerimentos nºs 6.596/2006, da Comissão de Turismo, Indústria, Comércio e Cooperativismo; 6.601/2006, do Deputado Irani Barbosa.

Finalidade: debater a situação dos músicos profissionais no Estado e a atuação da Ordem dos Músicos do Brasil no Estado.

Discussão e votação de proposições da Comissão.

Ordem do dia da 11ª reunião ordinária da comissão de Constituição e Justiça Na 4ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA 15ª LEGISLATURA, a

realizar-se às 14h30min do dia 23/5/2006

1ª Parte (Expediente)

Leitura e aprovação da ata. Leitura da correspondência e da matéria recebida. Designação de relatores.

2ª Parte (Ordem do Dia)

Discussão e votação de pareceres sobre proposições sujeitas à apreciação do Plenário da Assembléia:

No 1º turno: Projetos de Lei Complementar nºs 71/2005, do Tribunal de Contas; 78/2006, da Procurador-Geral de Justiça; Projetos de Lei nºs 3.139/2006, do Governador do Estado; 2.135/2005, do Deputado Weliton Prado; 2.791/2005, do Deputado Sávio Souza Cruz; 3.040/2006, do Deputado Alencar da Silveira Jr.; 3.179/2006, do Deputado Leonardo Moreira; 3.182/2006, do Deputado André Quintão; 3.198/2006, do Deputado Alencar da Silveira Jr.; 3.204/2006, do Deputado Carlos Gomes; 3.205/2006, do Deputado Célio Moreira; 3.252, 3.253 e 3.254/2006, do Governador do Estado.

Discussão e votação de proposições que dispensam a apreciação do Plenário da Assembléia:

Em turno único: Projetos de Lei nºs 2.993/2006, do Deputado Mauri Torres; 3.071/2006, do Deputado Zé Maia; 3.109/2006, do Deputado Dalmo Ribeiro Silva; 3.212/2006, do Deputado Antônio Andrade; 3.214/2006, do Deputado Doutor Viana; 3.229/2006, do Deputado Laudelino Augusto; 3.237/2006, do Deputado Elmiro Nascimento; 3.240/2006, do Deputado Dinis Pinheiro; 3.241/2006, do Deputado Neider Moreira; 3.242/2006, do Deputado Antônio Andrade; 3.243/2006, do Deputado Dalmo Ribeiro Silva; 3.244/2006, do Deputado Edson Rezende; 3.245/2006, do Deputado Neider Moreira; 3.246/2006, do Deputado Elmiro Nascimento; 3.247/2006, do Deputado Ivair Nogueira; 3.249/2006, do Deputado Padre João; 3.257/2006, do Deputado Gustavo Corrêa; 3.262/2006, do Deputado Marlos Fernandes.

Discussão e votação de proposições da Comissão.

Ordem do dia da 12ª reunião ordinária da comissão de Administração Pública Na 4ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA 15ª LEGISLATURA, a realizar-se às 15 horas do dia 23/5/2006

1ª Parte (Expediente)

Leitura e aprovação da ata. Leitura da correspondência e da matéria recebida. Designação de relatores.

2ª Parte (Ordem do Dia)

Discussão e votação de pareceres sobre proposições sujeitas à apreciação do Plenário da Assembléia:

No 1º turno: Projeto de Lei Complementar nº 71/2005, do Tribunal de Contas.

No 2º turno: Projetos de Lei nºs 2.916 e 2.920/2006, do Governador do Estado; 3.006/2006, do Tribunal de Contas.

Discussão e votação de proposições que dispensam a apreciação do Plenário da Assembléia:

Em turno único: Projeto de Lei nº 3.146/2006, do Deputado Gustavo Corrêa.

Requerimentos nºs 6.588/2006, do Deputado Gil Pereira; 6.602/2006, do Deputado Fahim Sawan; 6.611/2006, da Deputada Maria Olívia.

Discussão e votação de proposições da Comissão.

Ordem do dia da 2ª reunião ordinária da comissão especial para o estudo da atenção à pessoa com Transtorno mental, Deficiência Mental ou Autismo, a realizar-se às 15h30min do dia 23/5/2006

1ª Parte (Expediente)

Leitura e aprovação da ata. Leitura da correspondência e da matéria recebida. Designação de relatores.

2ª Parte (Ordem do Dia)

Finalidade: discutir o tema "Tratamento à pessoa com transtorno mental, deficiência mental ou autismo" e o subtema "Diferenciação entre transtorno mental, deficiência mental e autismo - tratamento adequado e formas de inclusão".

Discussão e votação de proposições da Comissão.

Ordem do dia da 12ª reunião ordinária da comissão de Saúde Na 4ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA 15ª LEGISLATURA, a realizar-se às 9h15min do dia 24/5/2006

1ª Parte (Expediente)

Leitura e aprovação da ata. Leitura da correspondência e da matéria recebida. Designação de relatores.

2ª Parte (Ordem do Dia)

Discussão e votação de pareceres sobre proposições sujeitas à apreciação do Plenário da Assembléia:

No 1º turno: Projeto de Lei nº 2.998/2006, do Deputado Alencar da Silveira Jr.

No 2º turno: Projeto de Lei nº 1.916/2004, da Deputada Jô Moraes.

Discussão e votação de proposições que dispensam a apreciação do Plenário da Assembléia:

Em turno único: Projetos de Lei nºs 1.903/2004, do Deputado Luiz Humberto Carneiro; 2.013/2004, do Deputado Alberto Pinto Coelho; 3.032/2006, do Deputado Arlen Santiago; 3.089/2006, do Deputado Laudelino Augusto; 3.111/2006, da Deputada Maria Olívia; 3.119/2006, do Deputado Domingos Sávio.

Requerimentos nºs 6.490 e 6.496/2006, da Comissão de Participação Popular; 6.519 e 6.520/2006, do Deputado Célio Moreira; 6.529 e 6.533/2006, da Comissão de Direitos Humanos; 6.553/2006, da Deputada Ana Maria Resende; 6.560/2006, do Deputado Doutor Ronaldo.

Discussão e votação de proposições da Comissão.

Ordem do dia da 3ª reunião ordinária da ComISSÃO EspECIAL dos Centros de Convenções, Feiras e ExpoSIÇÕES, a realizar-se às 16 horas do dia 24/5/2006

1ª Parte (Expediente)

Leitura e aprovação da ata. Leitura da correspondência e da matéria recebida. Designação de relator.

2ª Parte (Ordem do Dia)

Discussão e votação de proposições da Comissão.

EDITAIS DE CONVOCAÇÃO DE REUNIÃO

EDITAL DE CONVOCAÇÃO

Reunião Extraordinária da Assembléia Legislativa

O Presidente da Assembléia Legislativa do Estado de Minas Gerais, no uso da atribuição que lhe confere o art. 82, XVII, do Regimento Interno, convoca reunião extraordinária da Assembléia para as 20 horas do dia 23/5/2006, destinada I, à leitura e aprovação da ata da reunião anterior; e, II, 1ª Fase, à apreciação de pareceres e requerimentos, a saber: Indicação, feita pelo Governador do Estado, dos nomes de Avani Avelar Xavier Lanza, Arminda Rosa Rodrigues da Matta Machado, Ângela Imaculada Loureiro de Freitas Dalben, Francisco César Sá Barreto e Faigal David Freire Chequer, para comporem como membros o Conselho Estadual de Educação; e, 2ª Fase, à apreciação dos Projetos de Resolução nºs 3.133/2006, da Comissão de Fiscalização Financeira, que ratifica o Regime Especial de Tributação nº 013/2006, concedido à Empresa Barbosa & CIA Ltda; 3.134/2006, da Comissão de Fiscalização Financeira, que ratifica o Regime Especial de Tributação nº 014/2006, concedido à Empresa Frisa Frigorífico Rio Doce S.A; 3.135/2006, da Comissão de Fiscalização Financeira, que ratifica o Regime Especial de Tributação nº 016/2006, concedido à Empresa Sadia S.A; e 3.136/2006, da Comissão de Fiscalização Financeira, que ratifica o Regime Especial de Tributação nº 018/2006, concedido à Empresa Frigorífico Nossa Senhora da Saúde Ltda; e dos Projetos de Lei nºs 1.596/2004, do Deputado Doutor Ronaldo, que dispõe sobre a orientação de segurança aos passageiros de transporte coletivo intermunicipal; 2.196/2005, do Governador do Estado, que autoriza o Poder Executivo a doar ao Município de Monte Santo de Minas os imóveis que especifica; 2.363/2005, da Deputada Lúcia Pacífico, que regulamenta informações e documentos a serem fornecidos ao consumidor na hipótese de negativa total ou parcial de cobertura por operadora de plano de assistência à saúde; 2.413/2005, do Deputado Zé Maia, que autoriza o Poder Executivo a doar à Companhia de Habitação do Estado de Minas Gerais o imóvel que especifica; e 2.541/2005, do Governador do Estado, que autoriza o Poder Executivo a doar ao Município de Frutal o imóvel que especifica; e à discussão e votação de pareceres de redação final.

Palácio da Inconfidência, 22 de maio de 2006.

Mauri Torres, Presidente.

EDITAL DE CONVOCAÇÃO

Reunião Extraordinária da Comissão Especial para Emitir Parecer sobre a Proposta de Emenda à Constituição nº 93/2005

Nos termos regimentais, convoco os Deputados Gustavo Corrêa, Durval Ângelo e Gil Pereira, membros da supracitada Comissão, para a reunião a ser realizada em 23/5/2006, às 14 horas, na Sala das Comissões, com a finalidade de discutir e votar o Parecer para o 1º Turno sobre a Proposta de Emenda à Constituição nº 93/2005, do Deputado Durval Ângelo, e de discutir e votar proposições da Comissão.

Sala das Comissões, 22 de maio de 2006.

Sebastião Costa, Presidente.

EDITAL DE CONVOCAÇÃO

Reunião Extraordinária da Comissão de Fiscalização Financeira e Orçamentária

Nos termos regimentais, convoco a Deputada Elisa Costa e os Deputados Jayro Lessa, Dilzon Melo, José Henrique, Luiz Humberto Carneiro e Sebastião Helvécio, membros da supracitada Comissão, para a reunião a ser realizada em 23/5/2006, às 20 horas, na Sala das Comissões, com a finalidade de se discutirem e votarem os Pareceres para o 1º Turno do Projeto de Lei Complementar nº 71/2005, do Tribunal de Contas, e do Projeto de Lei nº 2.005/2004, do Governador do Estado, e de se discutirem e votarem proposições da Comissão.

Sala das Comissões, 22 de maio de 2006.

Domingos Sávio, Presidente.

EDITAL DE CONVOCAÇÃO

Reunião Extraordinária da Comissão de Política Agropecuária e Agroindustrial

Nos termos regimentais, convoco os Deputados Marlos Fernandes, Doutor Viana, Gil Pereira e Luiz Humberto Carneiro, membros da supracitada Comissão, para a reunião a ser realizada em 24/5/2006, às 14h30min, na Sala das Comissões, com a finalidade de debater a situação dos empregados públicos da Emater-MG e de discutir e votar proposições da Comissão.

Sala das Comissões, 22 de maio de 2006.

Padre João, Presidente.

EDITAL DE CONVOCAÇÃO

Reunião Extraordinária da Comissão de Meio Ambiente e Recursos Naturais

Nos termos regimentais, convoco os Deputados Doutor Ronaldo, João Leite, Paulo Piau e Sávio Souza Cruz, membros da supracitada Comissão, para a reunião a ser realizada em 25/5/2006, às 13h30min, no auditório do Palace Cassino, em Poços de Caldas, com a finalidade de debater, em audiência pública, a necessidade de proteção da Serra da Pedra Branca, localizada no Município de Caldas, em grau especial, conforme laudo do Ibama, apurar denúncias de degradação ambiental no Município de Poços de Caldas e região e propor soluções e de discutir e votar proposições da Comissão.

Sala das Comissões, 22 de maio de 2006.

Laudelino Augusto, Presidente.

TRAMITAÇÃO DE PROPOSIÇÕES

Parecer para Turno Único do Projeto de Lei Nº 3.046/2006

Comissão de Transporte, Comunicação e Obras Públicas

Relatório

De autoria do Deputado Dalmo Ribeiro Silva, o projeto de lei em tela visa a dar a denominação de Rodovia Adelino Simionatto à estrada que liga os Municípios de Albertina e Jacutinga.

A proposição foi enviada à Comissão de Constituição e Justiça, que concluiu por sua juridicidade, constitucionalidade e legalidade. Vem agora a matéria a esta Comissão, para deliberação conclusiva, nos termos do art. 103, I, "b", do Regimento Interno.

Fundamentação

Adelino Simionatto foi um simples ferreiro que se tornou uma figura singular para várias localidades do Sul de Minas.

Nascido em Jacutinga, soube com respeito, profissionalismo e dedicação construir uma reputação junto não só daqueles que precisaram de seus serviços, mas de todos os que o conheceram.

Trabalhando nas fazendas próximas, principalmente em Albertina, ferrando os animais que então faziam o transporte do café pela região, era veículo de informação para os moradores locais por meio de conversa fluente e agradável.

Era cultor e divulgador de um propósito ético, de uma conduta pautada pela solidariedade, legado que deixou para uma prole numerosa, que revive os preceitos do patriarca, que desapareceu em 1954.

Dar o seu nome à rodovia que liga Jacutinga a Albertina é homenagem justa e oportuna. Dessa forma, a comunidade registra a lembrança de alguém que, com humildade, seriedade e honestidade, se fez tão importante quanto os maiores líderes da região.

Conclusão

Pelo exposto, opinamos pela aprovação do Projeto de Lei nº 3.046/2006, em turno único.

Sala das Comissões, 22 de maio de 2006.

Dimas Fabiano, relator.

Parecer para Turno Único do Projeto de Lei Nº 3.069/2006

Comissão do Trabalho, da Previdência e da Ação Social

Relatório

De autoria do Deputado Márcio Passos, o Projeto de Lei nº 3.069/2006 visa a declarar de utilidade pública a Associação Comunitária Beneficente Despertar - Ascobede -, com sede no Município de Belo Horizonte.

Examinada a matéria preliminarmente pela Comissão de Constituição e Justiça, que concluiu por sua juridicidade, constitucionalidade e legalidade, cabe agora a esta Comissão deliberar conclusivamente sobre ela, conforme preceitua o art. 103, I, "a", do Regimento Interno.

Fundamentação

A entidade em causa tem como finalidade a promoção da saúde, da maternidade, da infância e da juventude e o amparo à velhice; participa das ações em defesa dos direitos de seus assistidos.

No esforço de inserção de seus assistidos no mercado de trabalho, promove a manutenção de cursos livres e a realização de palestras, conferências e outras ações, visando a transmitir informações que ajudam no cumprimento desse propósito.

Tem no incentivo das atividades culturais e esportivas instrumento que auxilia na prevenção e no combate ao uso das drogas.

Também se preocupa com as pessoas portadoras de necessidades especiais, possibilitando-lhes o acesso a programas de reabilitação e a recursos para obterem moradia, assim como viabiliza transporte para os enfermos.

Isto posto, acreditamos ser a instituição merecedora do título de utilidade pública.

Conclusão

Pelas razões expostas, opinamos pela aprovação do Projeto de Lei nº 3.069/2006, em turno único.

Sala das Comissões, 22 de maio de 2006.

Jô Moraes, relatora.

PRONUNCIAMENTOS REALIZADOS EM REUNIÕES ANTERIORES

34ª REUNIÃO ORDINÁRIA DA 4ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA 15ª LEGISLATURA

Discursos Proferidos em 16/5/2006

O Deputado Doutor Ronaldo - Sr. Presidente, Srs. Deputados, público presente nesta Casa e público que nos assiste pela TV Assembléia, celebra-se, em 24 de abril, o Dia Internacional do Jovem Trabalhador. Seria bom que pudéssemos noticiar que foi comemorado em 24 de abril o Dia Internacional do Jovem Trabalhador. Infelizmente, não há muito o que comemorar.

O Programa Nacional de Estímulo ao Primeiro Emprego, iniciado no governo Lula e que previa a criação de 260 mil empregos por ano, foi abandonado recentemente. Os resultados foram desanimadores: apesar das dificuldades para a inscrição, só aceita via internet - e muitos jovens não dispõem desse recurso -, cerca de 200 mil se inscreveram no programa em todo o País. No entanto, apenas 3.936 empregos foram gerados, o que frustrou as expectativas dos jovens entre 16 e 24 anos. Esse número ficou muito aquém da promessa de criar 780 mil empregos em 3 anos.

Em Minas, o resultado desse programa do governo federal foi ainda mais inexpressivo: 19.295 jovens se inscreveram, e apenas 63 inscritos foram empregados, ou seja, o aproveitamento foi de 0,3%.

O chamado Consórcio Social da Juventude, que tinha como objetivo promover cursos profissionalizantes para 50 mil jovens em nosso Estado, não saiu do papel.

A qualificação profissional, que deveria preceder a implantação do Programa Primeiro Emprego, será oferecida só agora, como informa a gestora estadual do projeto. E só agora, quando os jovens inscritos já não acreditam mais nas promessas que foram feitas, é que estas começam a ser renovadas, justamente em ano de eleição.

Os jovens precisam mais do que promessas sem futuro, precisam de uma real perspectiva de futuro. Se, de um lado, as políticas públicas ainda não se firmaram, há iniciativas de setores da sociedade que são exemplos a serem destacados, como a Assprom e a Associação Divina Providência.

A Assprom existe há 30 anos e se propõe a promover o primeiro emprego com educação. Pela entidade, já passaram cerca de 32 mil jovens adolescentes, que receberam profissionalização, incentivo à auto-estima, informações antidrogas, orientação sobre doenças sexualmente transmissíveis e riscos de gravidez na adolescência. Para ser aceito na Assprom, o jovem deve se submeter ao monitoramento escolar, que envolve frequência e aproveitamento, e deve receber desenvolvimento cultural, esportivo, lazer, embasados em princípios éticos.

Hoje são 2.500 jovens empregados no setor público e na iniciativa privada. O acompanhamento e a formação oferecidos pela entidade são de excelente qualidade, e os resultados são os melhores. Dos jovens empregados, 80% conseguem o segundo emprego. Eu mesmo tive a oportunidade de oferecer o segundo emprego a um trabalhador mirim da Assprom que serviu ao meu gabinete.

A Assembléia conta com um quadro numeroso desses trabalhadores mirins, supervisionados por pessoas competentes e dedicadas, sempre atentas ao seu desempenho e à sua formação: refiro-me às Sras. Isabel, Rosana e Eliana, merecedoras do nosso apreço e admiração.

Quero homenagear também o presidente da Associação, Dr. Carlos Augusto de Araújo Cateb, que não mede esforços em prol dos jovens trabalhadores e de suas famílias.

Não bastasse a qualificação e o emprego, a Assprom oferece uniformes, material escolar, cesta básica e tiquete-refeição. Acima de tudo, oferece ao jovem a certeza de estar integrado à comunidade pelo seu esforço, sentindo-se útil e buscando a construção do seu futuro.

Além da atuação da Assprom, quero destacar o trabalho da Associação de Promoção Humana Divina Providência, que mantém, há 13 anos, a Cidade dos Meninos.

Localizada em Ribeirão das Neves, a instituição está implantada numa área de 510.000m² e proporciona formação integral ao jovem, com escolas de 1º e 2º graus, oficinas profissionalizantes, esporte, cultura e lazer, além de alimentação e moradia para os alunos internos e semi-internos. São servidas, por dia, cerca de 4 mil refeições, incluindo café da manhã, almoço, lanche e jantar, o que totaliza 141.163kg de alimentos por ano.

As Casas da Juventude, em número de 100, atendem 16 adolescentes cada uma e reproduzem a estrutura familiar, com mãe, pai ou irmão social. Os adolescentes são encaminhados para a formação escolar e profissionalizante. Existem 70 oficinas, que funcionam em três turnos. Durante todo o dia, das 6 às 22 horas, os adolescentes têm atividades: quatro horas de aulas, quatro horas de aprendizado profissional ou cursos nas áreas de esporte ou artes, duas horas de reforço escolar, 1h30min para deveres escolares, uma hora para a prática esportiva, uma hora para formação humana, moral e cristã, uma hora para recreação e tempo para refeições e banhos.

A atenção à saúde é feita em 12 consultórios médicos, sete odontológicos, ambulatório, farmácia e duas enfermarias com 16 leitos.

Para a prática esportiva, os adolescentes contam com um campo de futebol gramado, pista de atletismo, 37 quadras poliesportivas, um ginásio coberto com capacidade para 5 mil pessoas, uma piscina olímpica e academias de judô e ginástica. Estão em funcionamento cursos de futebol de campo, futebol de salão, vôlei, judô e ginástica. Os 1.600 alunos internos e os 400 semi-internos estão agora aprendendo música e se dedicando às artes em nove oficinas culturais.

Também mantido pela Associação Divina Providência, existe, há 29 anos, o Lar dos Meninos, 9.000m² de área construída. Após as reformas que estão sendo feitas, poderá abrigar 410 internos e outros semi-internos e externos, num total de 600 alunos.

O Lar dos Meninos é administrado pela Comunidade Religiosa dos Terciários Capuchinhos de Nossa Senhora das Dores. Os alunos do Lar têm acesso a escolas de 1º e 2º graus, profissionalização em 16 oficinas, alimentação, moradia, práticas esportivas, atividades artístico-culturais, formação moral e humana.

Tais experiências vitoriosas mostram que é possível fazer muito mais do que o assistencialismo das bolsas. O grave problema do desemprego é mais acentuado para o jovem, que não tem ainda a experiência comprovada em carteira que todo empregador exige. Sem a perspectiva do emprego formal, muitos jovens se colocam a serviço do tráfico ou partem para a marginalidade, movidos pela necessidade material e pelos apelos de uma sociedade consumista. São inúmeras as vidas precocemente perdidas por falta absoluta de oportunidades.

Os nossos gabinetes parlamentares recebem, diariamente, uma grande quantidade de currículos, maioria de jovens que esperam o primeiro emprego. Seria muito bom se pudéssemos atender a todos ou mesmo encaminhá-los às empresas, mas, infelizmente e apesar dos esforços, não temos condição de realizar esse sonho dos jovens. O que podemos, e nisso devemos nos empenhar, é acompanhar de perto a execução das políticas públicas para o setor, que devem ser realistas e exequíveis.

São recentes os episódios que sacudiram a França, onde os jovens protestavam contra uma legislação equivocada para o primeiro emprego. A juventude é uma grande força de trabalho em qualquer nação e deve ser considerada com respeito e incentivada mediante medidas responsáveis, sem demagogia e objetivos eleitorais. Muito obrigado.

O Deputado Padre João* - Sr. Presidente, nobres colegas Deputados e Deputadas, saúdo todos os trabalhadores e trabalhadoras, pois, no dia 1º, celebramos seu dia. Nossa saudação carinhosa vai também para todos os irmãos e irmãs afro-descendentes. No dia 13, celebramos o Dia da Luta pela Igualdade Racial. Embora reconheçamos alguns avanços implantados pelo governo Lula, temos a convicção de que ainda há muito a ser feito. A causa é muito justa.

Sr. Presidente, nobres colegas Deputados e Deputadas, durante o ano passado, juntamente com os Prefeitos do Alto Paraopeba, especialmente o Padre Rogério, de Ouro Branco; os Srs. Anderson Cabido, de Congonhas; Júlio, de Lafaiete; Júlio, de Jeceaba; e Luís Carlos, de São Brás do Suaçuí, realizamos cinco reuniões com a Secretaria de Defesa Social.

Desde que fui para Ouro Branco, há 12 anos, trabalhei com os presos - Pastoral Carcerária. O fato de o preso não ser visto faz com que não seja lembrado, muitas vezes, pela comunidade e, infelizmente, pela própria família. Há oito anos, caiu um raio na cadeia de Ouro Branco. Com isso, os presos foram transferidos para Congonhas, onde a cadeia é precária. Para vê-los, os familiares, que são pobres, deveriam pegar um ônibus e depois caminhar 4km, ou seja ficaram ainda mais distantes. Por problema de superlotação, foram transferidos para Conselheiro Lafaiete, cuja capacidade da cadeia é de 80 presos, mas onde há mais de 200.

Fizemos reuniões com Prefeitos e Secretários, inclusive com o atual, Ibrahim Abi-Ackel.

A Gerdau Açominas nunca negou uma demanda justa a ela apresentada, seja em favor da criança, seja do menor, seja dos idosos. Recentemente inauguramos o Lar Comunitário Frederico Ozanan, construído pela Gerdau Açominas. Nas audiências públicas realizadas nesta Casa, discutimos o processo de expansão da Gerdau, que agora estaria gerando mais de 9 mil empregos temporários, restando 3 mil empregos fixos. Durante as discussões, impusemos condições para o processo de expansão, as quais foram acolhidas. Uma delas era a cessão de um terreno para a construção da cadeia pública de Ouro Branco. A escritura desse terreno já foi passada para a Prefeitura Municipal de Ouro Branco. Outra condição era a doação de R\$350.000,00, o que foi acordado, desde o ano passado, com o Secretário Anastasia. E a Secretaria de Defesa Social comprometeu-se a dar prioridade, neste ano, para a construção da cadeia de Ouro Branco. Na semana passada, em reunião com o Secretário Ibrahim Abi-Ackel e com o Prefeito e a Vice-Prefeita de Ouro Branco, o Secretário disse não ter condições de construir a cadeia neste ano. Mesmo recebendo o terreno e R\$350.000,00 da iniciativa privada, que não tem obrigação, mas que tem um compromisso com a sociedade, o Estado não deu sequer R\$1,00 e não se empenhou para iniciar a construção da cadeia pública de Ouro Branco.

Nessa noite, 14 presos fugiram da cadeia de Conselheiro Lafaiete, onde estão os presos de Ouro Branco. Essa cadeia tem capacidade para 80 presos, mas abriga mais de 200. Ainda bem que não ocorreu nenhuma chacina. Essa fuga trouxe insegurança, e as pessoas tiveram medo de sair às ruas. Mas, graças a Deus, não houve transtornos violentos, como em São Paulo, e somos solidários com as famílias paulistas, cujos entes queridos foram vítimas de tanta brutalidade.

Está claro que a segurança pública é um compromisso do Estado. E, mesmo tendo a contrapartida da comunidade e da iniciativa privada, não houve empenho para a construção da cadeia de Ouro Branco. Mesmo com a fuga de 14 presos em Conselheiro Lafaiete, essa cadeia está com

excesso de mais de 100 presos.

Então, apelo ao Governador Aécio Neves e ao Secretário de Defesa Social, Ibrahim Abi-Ackel, para que revejam a posição do governo e assumam a responsabilidade para com os presos.

Existe um medo - comentava isso com alguém - de se falar em construção de cadeias, pois o assunto não traz voto para ninguém, mas lembro que se trata de compromisso, de questão de humanidade oferecer e garantir dignidade a essas pessoas. O Estado retirou sua liberdade, claro que em cumprimento da lei, portanto tem de dar condições dignas para que essas pessoas se recuperem e voltem à sociedade, como cidadãos, como qualquer um de nós, preparados para enfrentar o mundo do trabalho e as convivências familiar e social.

Temos de recuperar o ser humano. É dever de todos nós resgatar a dignidade dessas pessoas, entretanto nada podemos fazer se, primeiramente, o Estado não cumprir seu papel.

Portanto reitero esse apelo ao Secretário: reveja o que disse, de que não há o que fazer neste ano, mesmo recebendo R\$350.000,00 e a doação de um terreno. E, logo ali ao lado, a 18km, há 200 presos amontoados, incluindo os presos de Ouro Branco. Os familiares desses presos são punidos, porque o acesso a eles é difícil. Pessoas pobres saem de Ouro Branco, viajam com dificuldade para visitá-los.

Confio na sensibilidade do Secretário e do Governador para reverem essa parceria com o Município de Ouro Branco e a Gerda Açominas. Isso se faz necessário, principalmente neste momento delicado de expansão, como já disse. Mais de 9 mil pessoas estão chegando ao Município, cuja população é de 33 mil habitantes. A comunidade está empenhando-se para recebê-las, sobretudo a Prefeitura, com a construção dos alojamentos, por meio de entendimento com a própria empresa, para acomodar essas pessoas, essa força de trabalho que não é encontrada ali.

O nosso primeiro entendimento, que, aliás, foi garantido em audiência pública nesta Casa, é que se dê prioridade aos trabalhadores e às trabalhadoras de Conselheiro Lafaiete, Ouro Branco, Congonhas e região. Só depois de não os encontrar lá, a empresa, com as terceirizadas, viabilizará, por ônibus, o acesso desses novos trabalhadores à empresa.

Sr. Presidente, que bom que não houve transtornos violentos nessa fuga ocorrida na cidade. Infelizmente alguns presos ainda não foram recapturados. Aproveito para apelar também aos Prefeitos para formarmos uma força-tarefa a fim de sensibilizarmos o Governador e o Secretário de Defesa Social, Dr. Ibrahim Abi-Ackel, da importância da construção dessa cadeia, em parceria com a Gerda Açominas, que doará o terreno e repassará R\$350.000,00 para ajudar na obra.

Sr. Presidente, esse é o meu apelo, e peço a V. Exa que reitere o nosso pedido ao Secretário e ao Governador. Muito obrigado.

* - Sem revisão do orador.

O Deputado Rogério Correia - Sr. Presidente, Deputado Rêmoló Aloise, que assume hoje a Presidência desta Casa, queria cumprimentá-lo, assim como os demais Deputados e Deputadas, amigos e amigas da galeria, imprensa, senhores e senhoras telespectadores.

Trago um assunto que tenho repetido ao fazer a defesa veemente da educação pública gratuita e de boa qualidade. E trago uma notícia boa em nível federal, mas também uma análise não muito boa para os professores do Estado. Não poderia deixar de fazer uma análise mais completa dessa questão.

Deputado Rêmoló Aloise, Deputados e Deputadas, abordei esse tema no horário eleitoral gratuito do PT, que, como todo Partido, tem seu horário gratuito, com inserções pequenas, geralmente de 30 segundos. Optamos no PT, por nossos Deputados Federais e Estaduais, nessas inserções, terem acesso à televisão e poderem fazer uma pequena análise de problemas que devem ser solucionados no Estado de Minas Gerais. Optei por abordar o tema da Educação. E, Deputado Laudelino Augusto, nesse pequeno tempo que nos foi concedido, disse que o Governador Aécio Neves paga muito mal a uma professora e que uma professora de 1ª a 4ª séries recebe, como salário-base, menos de um salário mínimo.

Assustei-me, no final de semana passada, quando o PSDB solicitou, na Justiça, que o programa de 30 segundos, em que digo que uma professora recebe menos de um salário mínimo, fosse retirado do ar. E o Tribunal concedeu aos tucanos, provavelmente por solicitação do Governador Aécio Neves, que o meu programa fosse retirado do ar, porque, entre outras coisas, eu disse que uma professora de 1ª a 4ª séries recebe menos de um salário mínimo como salário-base. E terei que gravar outro programa.

Para que não reste dúvida de que disse a absoluta verdade, trouxe a tabela sancionada e remetida pelo Governador, que é lei e que demonstra que uma professora de 1ª a 4ª séries recebe menos de um salário mínimo como salário-base. E está aqui a tabela, essa é a lei. Uma professora com habilitação de ensino médio, nível A, receberá, como salário-base, R\$305,00; nível B, R\$314,15; nível C, a maioria, R\$323,57; e nível D, R\$333,28. Ou seja, em qualquer das hipóteses, a professora recebe menos de um salário mínimo como salário-base.

Ora, era mais simples o Governador reconhecer que paga a uma professora menos de um salário mínimo como salário-base e aprovar o projeto de lei que apresentei para que nenhum servidor público recebesse menos de um salário mínimo como salário-base no Estado Minas Gerais.

Esse projeto está na Comissão de Justiça. Em vez disso, o Governador quer esconder a verdade. Não consegue ouvir nem 30 segundos de crítica, tamanho o vício do Governador de calar a imprensa mineira e não permitir, no Estado, a existência da contraposição. Por meio do seu partido, prefere retirar do ar uma propaganda que diz a verdade a melhorar o salário de uma professora.

Sr. Presidente, não poderia deixar de fazer a denúncia de que é um absurdo a censura em Minas Gerais. Em nosso Estado, a verdade não pode ser dita. Não disse nenhuma mentira no programa que gravei. Aqui está a tabela, assinada pelo Governador, comprovando que uma professora recebe menos de um salário mínimo como salário-base. Aliás, o Governador Aécio Neves enviou esse projeto de lei a esta Casa. Que o povo mineiro fique sabendo que uma professora em Minas Gerais recebe, como salário-base, menos de um salário mínimo. E recebeu isso em quase todo o governo Aécio Neves. Recebeu mais apenas durante três meses: quando o seu salário passou de R\$212,00 para R\$323,00 e o salário mínimo era de R\$300,00. Agora, como o salário mínimo será de R\$350,00, a professora voltará a receber um salário menor que o mínimo. Essa é a pura verdade. O Governador pode até tirar o programa do ar, utilizar as suas amizades, mas não poderá calar a verdade, porque ninguém pode dizer que o que eu digo não é verdade. Se quiserem, apresento aqui os contracheques para confirmar que o salário-base da professora em Minas Gerais é menor que o salário mínimo, uma vergonha para o nosso Estado.

O Governador também ficou incomodado porque, em minha fala, afirmei que ele fala mais do que faz, outra verdade. Muito do que diz que fez não é dele, mas do governo Lula. Imita uma série de programas federais. E fala mais do que faz em relação ao aumento dos professores, proclamado na televisão, por meio de decreto, que passo a analisar. O recente decreto do Governador quer dar a impressão ao povo mineiro de

que as professoras tiveram grande aumento salarial, o que também não condiz com a realidade dos fatos. Na verdade, agora, as professoras terão aumento de 5%, já conquistado durante a aprovação da tabela salarial e remetido, pelo Governador, apenas para o mês de junho. Mesmo com esse aumento de 5%, a professora de 1ª a 4ª séries continuará a receber menos de um salário mínimo. E ele diz que o aumento foi de 14%. Na verdade, o aumento de 14% se refere à professora de 1ª a 4ª séries com curso superior. De acordo com a Lei de Diretrizes e Bases, a professora com curso superior deveria estar recebendo isso há muito tempo. Mesmo assim, esse direito se refere ao seu salário-base, não significando que terá aumento real em relação ao que ganha. Além disso, deverá se submeter a duas avaliações de desempenho. Esse aumento será computado em junho, ou seja, a professora o receberá em outubro, após o período eleitoral, se receber.

O Governador fez uma grande propaganda desse decreto, o que custou muito dinheiro. A Justiça não o impediu de fazê-la. Mas o PSDB não quer escutar a verdade: 30 segundos deste Deputado dizendo que uma professora recebe menos de um salário mínimo. Pede que o programa seja cortado em vez de aprovar uma lei que permita a uma professora ganhar mais de um salário mínimo como salário-base, o que ainda continuaria a ser uma vergonha.

Deixo aqui o meu repúdio à propaganda ostensiva que o Governador faz, iludindo o povo. Aliás, não ilude os professores e as professoras, pois eles sabem que esse aumento não vem. Como o salário é muito pequeno, o aumento torna-se irreal. Ilude as demais pessoas, fazendo-as pensar que os professores e as professoras recebem muito. Com essa atitude, joga o povo contra os professores, já que a população fica pensando que houve um excelente aumento. Os alunos perguntam: "Professora, o Governador foi à televisão e disse que lhe concedeu excelente aumento". No entanto a professora, coitada, está ganhando uma miséria. Para ela, é difícil explicar a todos que o que foi veiculado na televisão não condiz com a realidade do seu contracheque.

É triste ver o Governador agir dessa forma, usando as professoras que ganham tão mal para iludir o povo, como se estivesse realizando um grande feito para a educação em Minas Gerais. Ao dizer que uma professora recebe o salário-base menor que o mínimo, o que é pura verdade, fui censurado pelo PSDB. Por isso deixo o meu repúdio. Desta tribuna, como sempre fiz, direi isso quantas vezes forem necessárias até que o Governador corrija essa injustiça.

Sr. Presidente, trago também notícias alvissareiras para o magistério. No dia 10 de maio, o Presidente Lula sancionou uma lei de da Deputada Neide Aparecida, do PT de Goiás. Essa lei estende a função de magistério aos Diretores, especialistas e coordenadores pedagógicos da escola. Ou seja, o Presidente Lula regulamentou o que é regência; além disso, regulamentou o que é magistério.

De acordo com a Constituição Federal, a aposentadoria especial se dará para o magistério. O ex-Presidente Fernando Henrique Cardoso considerou que o conceito de magistério somente se aplicava ao professor regente, ao que está na sala de aula. Essa atitude prejudicou muito especialistas, orientadores, supervisores, Diretores, coordenadores, enfim, todos, já que, para se aposentarem, precisariam trabalhar mais 5 anos. Nesse caso, o tempo de serviço da mulher passaria de 25 para 30 anos, enquanto o do homem, de 30 para 35 anos. Com isso, muitos professores e professoras deixaram de concorrer à eleição direta para Diretor de Escola, já que, se eleitos, teriam de trabalhar mais 5 anos. A mando do ex-Presidente Fernando Henrique Cardoso, cometeu-se uma injustiça.

Agora, o Presidente Lula sanciona a lei que estabelece a igualdade nas escolas, considerando-se que exercem magistério também Diretores, especialistas, supervisores, orientadores, inspetores, além dos coordenadores de turno e pedagógicos. Atualmente, nas escolas, todos têm novamente o direito à aposentadoria especial de 25 anos de serviço, se mulher, e de 30 anos, se homem. Parabéns ao Presidente Lula pela sensibilidade.

Sei que os Diretores e as Diretoras estão contentes com isso. Não se trata de uma dívida do Presidente Lula, mas de uma conquista da categoria. Nas escolas, esse assunto causava constrangimento. Muitos professores tinham aptidão e queriam concorrer democraticamente a um cargo, mas não o faziam para não ter de trabalhar mais 5 anos. O Presidente Lula fez justiça, motivo pelo qual o saúdo. Estendo a minha saudação ao seu governo e ao Ministério da Educação, que enviou ao Congresso Nacional a lei que cria o Fundeb, cuja aprovação estamos cobrando. Todavia, até hoje isso não foi possível, pois a bancada da Oposição ao Presidente Lula está muito irascível, sectária. Felizmente a lei do Fundeb já está no Congresso. Além disso, o Presidente Lula criou o ProUni, sem falarmos na reforma universitária, que já está pronta e que será enviada ao Congresso Nacional.

Agora, o Presidente Lula estende novamente aos professores, Diretores, orientadores, supervisores, etc. a aposentadoria especial, que havia sido retirada pelo governo Fernando Henrique. É uma vitória da categoria, pela qual parabéns ao sindicato. Espero que essa vitória sirva para o Governador fazer uma reflexão, especialmente no que tange ao pagamento menor que o salário mínimo na educação. Na minha opinião, essa questão é importante para colocar a educação em Minas Gerais em melhores condições.

Eu iria abordar ainda temas da segurança pública. Estive na cidade de Novo Cruzeiro, onde não há viaturas - e o Governador havia dito que não existia nenhuma cidade sem viatura no Estado. Os dois policiais militares que lá estavam ainda brincaram comigo, dizendo: "Aqui, se acontecer algum problema, a gente pega o jegue". E também disseram: "Se tiver jegue". Eles não têm viatura da Polícia Militar. Então, ficam na dependência de a Prefeitura emprestar a viatura com gasolina, o que depende da boa-vontade do Prefeito. Portanto, infelizmente aqui, em Minas Gerais, também a segurança pública está entregue às baratas. Esse será o título de um outro pronunciamento meu, num outro dia, porque infelizmente o meu tempo terminou.

No caso da educação, Deputado Adelmo, foi isso o que aconteceu. Solicitaram que o meu programa fosse retirado do ar. Terei de gravar outro, porque denunciei o fato de uma professora ganhar, como salário-base, menos que o salário mínimo. O meu programa foi retirado do ar pelo TRE, a pedido do PSDB. Mas é a pura verdade. Aqui está a tabela, que já mostrei para os telespectadores e que comprova o pagamento menor que o salário mínimo para uma professora de 1ª à 4ª séries no Estado de Minas Gerais, como salário-base.

Uma vergonha que o Governador quer esconder com a censura. Aqui, na TV Assembléia, não há censura. Isso está demonstrado e provado. Duvido que alguém venha aqui e prove o contrário. É verdade: o Governador do Estado paga a uma professora de 1ª à 4ª séries, em Minas Gerais, um salário-base menor que um salário mínimo. Muito obrigado.

O Deputado João Leite - Recorro ao art. 164 para que eu possa defender o meu partido, que não censurou ninguém. O meu partido usou as prerrogativas do Estado de Direito, que dá oportunidade para que qualquer pessoa - e mesmo partidos políticos - possa recorrer às instâncias do Poder Judiciário - e, nesse caso, eleitoral -, para fazer sua defesa. O partido usou o instrumento democrático de ir até o Tribunal e solicitar uma correção e entende que ele, sim, estava sendo alvo de calúnias; por isso o meu partido se defendeu e usou a democracia, o Estado de Direito para fazer isso. Talvez a crítica mais atual que nós temos acompanhado pelos meios de comunicação tenha ocorrido, na semana passada, especialmente em Belo Horizonte, que foi a do sofisma. O sofista muitas vezes procura esconder a real situação. O sentimento do País hoje é de total insegurança, dada a violência que nos cerca. No Estado que todos esperávamos ser um Estado de Direito o crime está organizado.

Sou um parlamentar que algumas vezes usou a tribuna e mesmo a Comissão de Direitos Humanos da Casa para fazer críticas à polícia. Mas hoje o sentimento que temos é o mesmo do País, um sentimento de total sofrimento pela perda de tantos policiais. Essa é a realidade, famílias de policiais enlutadas porque seus entes queridos tombaram, perdendo sua vida na defesa da população brasileira.

Enquanto isso ocorre, a resposta do governo federal para Minas Gerais foi o não-envio de nenhum centavo do Fundo de Segurança Pública. A realidade é essa. Não estamos usando sofismas; estamos trazendo a verdade.

Outra verdade: o governo federal gasta com segurança pública menos que a Guarda Municipal do Rio de Janeiro gasta. Os dados, os números estão aqui.

O País vive um momento de insegurança, mas esperamos que se possa recuperar. O Ministro da Agricultura afirmou que já não quer ser Ministro, porque estamos vivendo a maior crise da história no campo da agricultura.

Solicitamos o uso do art. 164 para defender a atitude do meu partido, que recorreu à Justiça. É dessa forma que funciona o Estado de Direito, e a Justiça entendeu que meu partido foi ofendido, acatando sua solicitação; todavia não foi censura, não foi um decreto, não foi uma medida provisória. Recorremos aos canais competentes, e a Justiça atendeu favoravelmente ao partido, o que deve ser aceito, porque essa é a regra do jogo democrático. Alguns não gostariam que fosse assim, mas é dessa forma que a democracia funciona, e o direito de meu partido foi restabelecido. Obrigado.

O Deputado Adelmo Carneiro Leão - Agradeço a V. Exa. pela oportunidade. Conheço a seriedade do Deputado João Leite, de quem gosto muito, e sou testemunha de sua dedicação à política de Minas Gerais. Ele traz à tona um tema, sobre o qual todos nós devemos nos debruçar: o sofisma, ou seja, misturar verdades com mentiras, fatos com boatos. Temos de ter cuidado com isso. Em seu pronunciamento, abordou a segurança pública e dados do governo, os quais não são todos verdadeiros. É importante refletirmos sobre isso. A responsabilidade da segurança pública é do governo federal, que não investe nessa questão.

Abordarei uma questão grave, cuja responsabilidade é da sociedade e dos governos estaduais e federal, enfim, de todos nós. A situação é séria, e precisamos enfrentá-la com coragem e determinação, num grave momento da vida nacional.

O Presidente Lula afirmou ontem, com veemência, que o fato ocorrido em São Paulo, um governo que tem a marca forte do PSDB, não pode ser utilizado como um fato eleitoral. Temos de ter cuidado com isso, pois a situação é extremamente grave, e temos de enfrentá-la. No Estado de Minas Gerais, há ações positivas e grande esforço do governo. Conforme afirmou o Deputado Rogério Correia, temos de tratar essa questão com seriedade, pois há propaganda anunciando situações que não são verdadeiras. Isso é sofisma.

Recentemente o governo do Estado de Minas Gerais anunciou um grande investimento nos Municípios de fronteira. O Deputado Rêmolo Aloise, eu - e creio que todos os outros que estão aqui - temos relações muito próximas, fraternas e intensas com vários Municípios de fronteira. Sou testemunha de que alguns deles estão absolutamente desguarnecidos, o que é sério e grave. O transporte para os policiais militares em alguns Municípios, pelo menos em um que eu saiba, está sendo feito em veículos de transporte escolar. Além disso, os carros da Polícia Civil estão absolutamente sucateados. Essa situação perigosíssima que está sendo comentada deve ser rebatida definitiva e cabalmente. Além disso, exige de nós uma enorme responsabilidade e uma grande colaboração para que, neste país, as forças capazes de conduzir os destinos da Nação e do povo sejam mais dignas e compromissadas.

Para diminuir essa onda de ataques, eventualmente ocorrem acordos com bandidos. O discurso que está sendo feito pelas forças de segurança de São Paulo devem ser exercidos na prática. Não cabe, neste momento, nenhuma relação com os bandidos, do ponto de vista de acordo ou qualquer tipo de amenização do problema.

Portanto, gostaria de abordar este momento grave e de grande risco da história do Brasil e de Minas. Todos podemos e devemos colaborar. Essa ação não deve ser suprapartidária, mas pluripartidária. Todos os partidos, governos e agentes estão desafiados a enfrentar essa onda de crime que está implantada não somente em São Paulo, mas também no Paraná, que passa por situação de risco, e no Mato Grosso do Sul. São ações totalmente condenáveis que eventualmente ocorrem aqui no Estado. Temos de enfrentá-las com muita determinação. Quero compartilhar este momento, para não ficarmos disputando, dizendo quem fez mais, quem fez menos e quem deixou de fazer. O momento é grave, e todos precisam enfrentar o problema para que ele seja vencido como um desafio definitivo na construção do Estado Democrático de Direito e de justiça. Muito obrigado, Sr. Presidente.

A Deputada Elisa Costa - Sr. Presidente, Deputado Rêmolo Aloise, demais componentes da Mesa, Deputados presentes neste Plenário, cumprimento Minas Gerais e todos os trabalhadores da imprensa. Inicialmente, abordaria o tema do Sistema Único da Assistência Social - Suas -, mas, antes, gostaria de fazer um comentário sobre o grave problema da violência no nosso país, especialmente em São Paulo. De fato, a responsabilidade quanto ao combate à criminalidade é de todos nós, sociedade e governos. Mas sabemos que, do ponto de vista institucional, a responsabilidade maior ainda é do governo do Estado. O Presidente Lula fez isso de maneira séria, no Ministério da Justiça, e atribuiu a si mesmo parte dessa responsabilidade. Até então, nenhum outro governo havia proposto a criação do Fundo Nacional de Segurança Pública e construído a possibilidade efetiva do Sistema Único de Segurança Pública - Susp -, que integra as ações das polícias e conta com a participação da sociedade.

Posso afirmar que parte desses recursos ainda não chegou. Recentemente fui a Brasília. O nosso orçamento foi votado aproximadamente no final de abril, e os recursos ainda não conseguiram sair da maioria dos ministérios para chegar aos Estados e aos Municípios. Fica claro aqui a dificuldade que o PSDB e o PFL trouxeram para o governo e o próprio País. Recursos tão importantes poderiam ter chegado antes para resolver problemas tão graves. Mesmo que a responsabilidade seja de todos, o Estado deve assumir sua parcela maior de responsabilidade. Deixo esse registro.

O Deputado Rogério Correia falou sobre um Município que não recebeu viaturas. Estive em Açucena, no Vale do Aço. Observei que esse Município também não teve a oportunidade de receber viaturas para as Polícias Civil e Militar, a fim de ajudar no combate à criminalidade do nosso Estado. Os Municípios mineiros têm reclamado que a gasolina, o conserto das viaturas e outras ações de segurança pública estão sendo transferidos para eles.

Gostaria de abordar um segundo tema. Quando foi suspensa parte do programa, o Deputado Rogério Correia fez aquela denúncia de que o salário-base de um professor é R\$323,00. Isso é verdade. Não aconteceu ainda o que foi publicado: houve uma enorme propaganda em relação a um grande reajuste para os nossos servidores de Minas Gerais, especialmente os da educação. Há muita propaganda; muito mais do que se tem feito no Estado. Não somente reconhecemos os avanços, mas também avaliamos o que deve ser importante. A educação de qualidade passa por um salário digno no Estado e no País.

Deputado Rogério Correia, a nossa solidariedade. Concordamos com V. Exa. De fato, a educação deve ser uma prioridade, principalmente o salário dos nossos educadores, professores e professoras de Minas Gerais.

O Deputado Rogério Correia (em aparte) - Deputada Elisa Costa, se constantemente faço essa denúncia a respeito do salário aviltante dos trabalhadores da educação não é porque sou do partido de oposição ao governo, mas sim para sensibilizá-lo de que é necessária uma mudança nos parâmetros de cálculo desse salário.

Enquanto apresentava o meu pronunciamento, uma Supervisora III do Estado procurou-me para entregar o xerox do seu contracheque como aposentada. O provento básico dela é R\$337,32. Juntando com os quinquênios e trintenários, terá um líquido a receber de R\$676,00. Como é Supervisora III, tem curso superior e já passou pelos 30 anos de serviço, fora a idade. Como funcionária pública estadual, deixou uma carta ao Governador Aécio Neves, mostrando toda essa situação e solicitando-lhe que reveja sua atitude, que, segundo ela, talvez tenha sido tomada por seus Secretários e auxiliares. Aliás, pediu-me que lesse o seu nome: "Atenciosamente, Profª Maria Inês Gomes Avelar". Então, ela recebe, como salário-base, menos que o salário mínimo.

O que disse na televisão é a pura verdade. O PSDB não deveria questionar o programa do horário gratuito. Pelo PT, tive o dever e a função de apresentar uma análise sobre os salários baixos da educação em Minas Gerais. Por mais que os sindicatos e os professores queiram que aconteça, isso não é dito pela imprensa. O Governador esconde os números, ou seja, não mostra valores, mas sim índices. É preciso que os valores sejam mostrados pela televisão. Em vez de procurar retirar um programa desse da TV, é mais fácil e correto o PSDB aprovar uma modificação na Assembléia Legislativa, não permitindo que, no Estado, alguém ganhe um salário-base menor que o salário mínimo, como essa Supervisora III, sem falar nas professoras de 1ª à 4ª séries e nas auxiliares de escola, que ganham R\$300,00. Com os 5% em junho, passarão a receber R\$315,00, que também está abaixo do salário mínimo. Portanto, esse é o sentido da denúncia que fiz. Não julgo justo que isso não possa ir à televisão.

A Deputada Elisa Costa - Obrigada, Deputado Rogério Correia.

Quero dizer também que a Inês nos procurou e nos entregou essa correspondência. Pediu-nos que fizéssemos uma manifestação sobre essa questão.

O terceiro tema que trago à tribuna diz respeito à realização, em Divinópolis, do 1º Encontro Regional do Sistema Único de Assistência Social. O Deputado João Leite também esteve lá participando do evento. Ficamos toda a parte da manhã nesse encontro.

Percebemos que há uma demanda muito grande hoje, no Estado, referente a essa questão. Há uma mobilização de gestores municipais, de conselhos, da sociedade civil, enfim, de todos que querem construir uma política pública na área da assistência social.

Tivemos a presença do Ministro Patrus Ananias, que abriu o Encontro, a exemplo também do que ocorreu no ano passado, quando ele esteve aqui, no ciclo de debates nesta Assembléia Legislativa, além da presença de mais de 1.200 participantes, de 400 Municípios, e de mais de 200 entidades. Isso demonstra que existe, de fato, o interesse dos Municípios brasileiros e de Minas Gerais na implementação e na consolidação do SUAS, cujo modelo foi idealizado a partir da experiência do Sistema Único de Saúde - SUS.

Assim, estamos implantando um modelo revolucionário no País e aqui, em Minas Gerais, que foi um dos Estados que aderiu a esse sistema, inovando em métodos, em transparência, em prestação de contas, enfim, em regras claras para que todos tenham conhecimento desse sistema, construindo, dessa forma, uma política pública de Estado destinada à proteção social dos mais pobres de Minas e do Brasil, com recursos que chegam aos Municípios de maneira mais ágil, principalmente os do Fundo Nacional de Assistência Social para o Fundo Municipal de Assistência Social. Ele divide as responsabilidades dessa assistência entre os governos federal, estadual e municipal.

Hoje os Municípios adquirem mais autonomia nas definições e nas diretrizes dos próprios recursos. Com isso, os conselhos municipais e o controle social ganham uma responsabilidade maior para acompanhar de perto os recursos destinados à assistência social.

É claro que se trata de um projeto em construção, para 10 anos, que começou com a indicação do Ministro Patrus e da conferência nacional. Portanto, é um projeto da sociedade, fruto da experiência dos gestores municipais, assumido pelo Ministério do Desenvolvimento Social e de Combate à Fome de uma maneira bastante séria e responsável. Há hoje a consolidação desse projeto no Estado e no País.

A Assembléia Legislativa tem sido uma parceira importante nessa caminhada, tem dado uma contribuição enorme em relação a informações. Várias entidades também têm dado suas contribuições, entre as quais destacamos, a Sedese, o Cogemas, o Fórum Estadual da Assistência Social, o Ministério do Desenvolvimento Social. Enfim, há um conjunto de forças da sociedade e de gestores para a consolidação do sistema.

Estamos vivendo um momento novo na assistência social, rompendo com as práticas tradicionais do clientelismo, do assistencialismo, e construindo uma política de direitos para a nossa população.

Faço alusão a uma experiência vitoriosa na assistência social, os Centros de Referência da Assistência Social - Cras -, que são 1.170 Casas da Família no Brasil. Há em Minas Gerais um conjunto enorme de famílias que são atendidas por assistentes sociais e psicólogos. É uma forma inédita de inclusão, do ponto de vista do atendimento aos mais pobres e às famílias mais vulnerabilizadas no Estado de Minas Gerais.

Assim, registramos esse primeiro encontro vitorioso em Divinópolis, que contou com a presença muito grande de autoridades e de pessoas ligadas ao setor; aliás, a Câmara Municipal foi pequena para tantas pessoas.

Os próximos encontros deverão acontecer no dia 23/5/2006, em Juiz de Fora; no dia 29/5/2006, em Governador Valadares; no dia 2/6/2006, em Itaobim, no Jequitinhonha e no Mucuri; no dia 5/6/2006, em Montes Claros, completando os primeiros encontros regionais que desejamos fazer no Estado de Minas Gerais. O Sul de Minas e o Triângulo já estão solicitando a presença da Assembléia, para se debater o tema. A Assembléia Legislativa contribui decisivamente para a implementação de uma política tão importante como o Suas no Estado de Minas Gerais. Mais de 600 Municípios já aderiram ao Suas, mas 212 Municípios ainda precisam construir suas bases: os conselhos municipais, o fundo municipal e os planos municipais de assistência social, tripé fundamental para adesão ao Suas, para que, de fato, haja interlocução dos gestores municipais com o Estado e com o governo federal, por intermédio do Ministério de Desenvolvimento Social.

Quero registrar também que o Deputado Rogério Correia esteve na abertura do encontro em Divinópolis, representando o Presidente da Casa. O Estado de Minas Gerais precisa aumentar os recursos da assistência social. Em 2005, o Ministério de Desenvolvimento Social, em termos de execução orçamentária em Minas Gerais, teve um total de recursos aplicados da ordem de R\$890.000.000,00 somente na assistência social, isso sem contabilizarmos o Bolsa-Família, que já atende mais de 1 milhão de famílias, aproximadamente 4 milhões de pessoas, e a segurança alimentar, que faz parte das políticas do Ministério do Desenvolvimento Social de Combate à Fome, que fez chegar a Minas R\$1.700.000.000,00. Então, com referência à assistência social, no ano passado, chegaram a Minas Gerais, só do MDS, R\$890.000.000,00, enquanto o Estado, em termos de execução orçamentária na assistência social, pagou R\$47.000.000,00 dos R\$55.000.000,00 previstos. Dos recursos investidos na assistência social em Minas Gerais, praticamente 5% vêm do governo do Estado e 95%, do governo federal.

Este debate é extremamente importante, pois, na Sedese, precisa haver recursos técnicos e humanos. A Secretária anunciou que, para o próximo ano, a Secretaria vai realizar concurso público para a assistência, para o desenvolvimento social em Minas Gerais, o que é importante para que as Sedeses regionais tenham capacitação, equipes e recursos humanos para implementar políticas de desenvolvimento social no Estado.

Quero falar da importância desse trabalho, que contou com a participação do Deputado João Leite e de outros Deputados que fazem parte da Comissão. Realizaram seminários regionais, contribuindo para a consolidação definitiva do Suas em Minas Gerais. Estiveram presentes o Deputado Domingos Sávio, o Deputado André Quintão, o Deputado Rogério Correia e Deputados Federais. Com certeza, em todos os encontros regionais, teremos a presença da Assembléia, da sociedade, dos conselhos municipais, dos gestores, das Câmaras Municipais, enfim, de toda a sociedade, para construirmos um novo modelo de assistência social, uma política pública destinada à proteção dos mais pobres, das famílias mais carentes. Cada vez mais, devemos ter recursos compartilhados do governo federal, do Estado de Minas Gerais e dos nossos Municípios, para se prestar atendimento na linha do direito, principalmente na proteção social.

Quero registrar o sucesso do encontro de Divinópolis. Tenho a certeza de que, com a participação de todos, os demais encontros também alcançarão esse sucesso. Muito obrigada.

O Deputado João Leite - Volto ao microfone para defender o meu partido, duramente atacado nesta tarde.

Lerei, Sr. Presidente, a decisão do Juiz Gutemberg da Mota e Silva, do Tribunal Regional Eleitoral de Minas Gerais. Ele deferiu a representação do PSDB contra o PT e também contra o Deputado Estadual Rogério Correia, do mesmo partido, com base em violação do art. 36, da Lei nº 9.504, de 1997 - Lei das Eleições -, determinando a suspensão de parte da propaganda partidária do PT no que se refere a uma fala considerada negativa à imagem do PSDB. No entender do Juiz, "o PT e o Deputado Rogério Correia desvirtuaram completamente a propaganda partidária, tornando-a propaganda eleitoral negativa extemporânea, violando a legislação eleitoral, que só permite propaganda eleitoral a partir do dia 6/7/2006".

O Juiz, então, determina que o PT se abstenha de realizar propaganda negativa e que suspenda imediatamente a parte da propaganda considerada negativa, tendo em vista o dano que a demora causaria ao PSDB.

Sr. Presidente, fiz a leitura de uma peça distribuída pela Assessoria de Comunicação do Tribunal Regional Eleitoral de Minas Gerais.

Quero também informar que o PSDB, em 2002, liberou, do Fundo Penitenciário Nacional, criado em 1994 - apesar de termos acabado de ouvir aqui que foi criado no governo Lula -, R\$503.520.000,00, enquanto, neste ano, foram liberados apenas R\$64.000.000,00. Esses números deveriam ser corrigidos a cada ano, mas, enquanto em 2002 foram liberados R\$503.000.000,00, em 2003 foram liberados R\$298.000.000,00.

É importante dizer que existem R\$297.000.000,00 disponíveis até 15 de maio nesse Fundo, o Funpen, mas, em vez de serem utilizados para a melhoria dos presídios, estão servindo para garantir o superávit primário. Cerca de 40% do orçamento já foi contingenciado.

Em 2003, por exemplo, o Departamento Penitenciário solicitou à área econômica do governo federal a liberação de R\$260.000.000,00 em créditos suplementares. Embora o dinheiro pertencesse legalmente ao fundo, estava reservado para compor o superávit primário do ano e, por isso, o pedido acabou sendo indeferido.

Os investimentos do governo federal em segurança pública, em 2005, diminuíram 11%. No ano passado, foram investidos R\$475.000.000,00 contra os R\$533.000.000,00 aplicados em 2004. O Departamento de Polícia Rodoviária Federal, por onde passam as armas contrabandeadas e o tráfico de drogas, foi o mais afetado pela queda. Para ele, foram previstos R\$19.000.000,00 em 2004, mas, no ano passado, recebeu apenas R\$7.000.000,00.

Hoje, os Secretários de Segurança, reunidos em Brasília, criticaram o contingenciamento de recursos para a segurança pública por parte do governo federal.

É importante também dizer que, dos 140 mil presos do sistema penitenciário brasileiro, 40% estão em São Paulo.

Temos, ainda, a solicitação da liberação de R\$158.000.000,00, que também foi negada com a mesma justificativa fiscal de contingenciamento de recursos para a composição do superávit primário. Vivemos um momento muito grave, e os números são da execução orçamentária do governo federal, são reais, e lamentavelmente não estão à disposição da segurança pública e do Fundo Penitenciário Federal.

O Deputado Rogério Correia - Sr. Presidente, reitero que não concordo com o pedido feito pelo PSDB para retirar do ar algo que é absolutamente verdade. Se o salário-base da professora, inferior ao salário mínimo, incomoda tanto ao PSDB, o certo seria que o aumentassem, e não impedissem que a verdade seja divulgada.

Simplesmente, disse que, na Educação, o governo Aécio fala mais do que faz. O salário-base de professores da 1ª à 4ª série, por exemplo, é inferior ao mínimo. Isso é verdade, basta ver a tabela assinada pelo próprio Governador, o contracheque que acabei de mostrar ou milhares de outros na mesma situação.

Não acho que o mais correto seja tirar isso do ar em vez de corrigir o problema. Essa é a discussão que desejo fazer na Assembléia. Há um projeto de lei, de minha autoria, que procura corrigir isso. É simples: diz que nenhum servidor público deve ter salário-base inferior ao mínimo. É melhor corrigir dessa forma, para que não seja preciso ir à televisão fazer a denúncia.

Toda a vez que o Deputado João Leite faz justificativas a esse respeito, age como se eu fosse culpado, como se eu fizesse uma denúncia inverídica. Em momento algum, ele questiona o conteúdo do que é dito. O conteúdo é verdadeiro, e o Governador faz de tudo para que não seja divulgado. Isso precisa ser dito em algum lugar, aqui ou no tempo gratuito de cada partido.

O Deputado João Leite também faz denúncias em relação ao governo Lula. É um direito dele, ele tem suas interpretações e números, e não vou replicar-lhe nem censurá-lo por isso, embora tenha outras interpretações.

O PSDB está há 12 anos em São Paulo, onde o problema de segurança pública é tão grave, que o próprio Chefe do Departamento de Investigações, segundo a mídia, negociou o fim das rebeliões com o principal bandido do PCC. Houve uma negociação do governo com os bandidos, tamanho é o problema. Não basta jogar pedras no governo federal, como se ele fosse o responsável. O problema é estrutural, tanto assim é, que o Governador de São Paulo teve de autorizar seus subordinados a negociar com os bandidos.

O "site" Terra diz que, durante a conversa, com objetivo de interromper as rebeliões no Estado de São Paulo, foi servida "pizza", mas o chefe dos chefes do PCC exigiu um x-picanha com fritas. Esse problema deve ser mais discutido, pois não basta fazer denúncia. Esse problema é mais grave do que uma mera disputa, a qual não quero fazer aqui. Mas dizer que esse problema de São Paulo se deve ao fato de o governo federal não haver enviado verba não condiz com os fatos que temos acompanhado. Acho errado que se negocie com o chefe dos chefes do PCC. Seria melhor ter aceitado a ajuda que o Presidente Lula ofereceu, pois essa é uma obrigação do governo federal. Mas não aceitar essa

ajuda e optar por uma discussão com o chefe dos chefes do PCC para paralisar um processo de insubordinação não parece o melhor caminho político.

Essa discussão deve ser feita seriamente. O que fiz, foi, no horário eleitoral gratuito, dizer uma verdade que a imprensa não tem dito. Os professores estão indignados, como se estivessem com um osso na garganta. Uma professora da 1ª à 4ª série recebe um salário-base inferior ao salário mínimo. Isso precisa ser corrigido, e não censurado nem cortado de um programa. Obrigado.

O Deputado Doutor Viana - Sr. Presidente, Srs. Deputados, público que nos assiste pela TV Assembléia, funcionários da Casa e público das galerias, boa-tarde.

Um dos motivos que me traz hoje a esta tribuna é muito grave: o descaso com relação à segurança pública. Antigamente, quando se fazia uma pesquisa pública, as maiores necessidades da população eram a educação e a saúde. Ultimamente, o desemprego assumiu a liderança, e hoje há uma disputa entre o desemprego e a segurança. Não se pode viver em um país onde o crime é organizado e o governo é desorganizado. O governo federal deve dar condições para que cada Estado tenha seu próprio controle de segurança pública, para que não ocorram casos como os ocorridos em São Paulo.

Há cerca de dois anos, o governo federal prometeu repassar recursos para a construção de presídios e a complementação da segurança em nosso Estado, mas só investiu cerca de 30% do que foi prometido. Minas Gerais não recebeu nada. Se houve conserto, ampliação ou construção de algum presídio em nosso Estado, isso foi feito com recurso do próprio governo mineiro.

Eu estava presente na ocasião da visita do Ministro Márcio Tomaz Bastos a Minas Gerais, quando ele assumiu o compromisso de enviar recursos para a segurança pública em nosso Estado, o que ainda não ocorreu.

Nas últimas eleições para Presidente, a segurança pública apareceu em segundo lugar entre as principais preocupações do eleitorado, cerca de 21%, atrás apenas do desemprego, que, naquela época, era de 32%, segundo pesquisa do Instituto Datafolha realizada em março de 2002.

Ainda segundo a referida pesquisa, 90% dos entrevistados acreditavam que o governo federal deveria ter algum tipo de participação na segurança pública, e 37% consideravam que o governo federal não se empenhava na busca de soluções para o problema da criminalidade. O desempenho do governo federal nessa área ficou muito abaixo das expectativas geradas durante a campanha eleitoral.

Dados de 2004 mostram a evidente falta de prioridade ao setor na execução orçamentária. De janeiro a outubro daquele ano, dos R\$420.000.000,00 aprovados no Orçamento para o Sistema Unificado de Segurança Pública, apenas R\$104.000.000,00 haviam sido empenhados; e desses, somente R\$26.000.000,00 foram operacionalizados, liquidados. Dos R\$158.000.000,00 destinados pelo governo ao combate à criminalidade, houve a liquidação de R\$78.000.000,00.

O que está acontecendo em São Paulo pode acontecer em qualquer Estado brasileiro. Não podemos deixar ocorrer tal onda de violência em Minas Gerais. Infelizmente, a violência já bateu à nossa porta, há muito tempo.

Contarei um caso para chegar à nossa querida região de Venda Nova. Por diversas vezes, estive reunido na Associação Comercial de Minas Gerais - Regional Venda Nova, em Belo Horizonte, quando foram discutidos assuntos pertinentes ao crescimento da violência nessa região, especialmente os assaltos.

Em todas as ocasiões, os comerciantes expuseram suas terríveis experiências pessoais, tendo cada um deles já sido assaltado pelo menos uma vez, quando marginais agiram à mão armada. Em todas as vezes, a arma do assaltante ficou apontada para a cabeça ou para o coração desse comerciante, trabalhador e pai de família, que paga seus impostos e tenta dignamente tirar seu sustento com o próprio suor, labutando diariamente em sua loja, padaria ou açougue, são tantas as áreas de comércio lá existentes.

A Delegacia Regional de Venda Nova, que inicialmente foi construída para ser delegacia, virou uma prisão: a 7ª Seccional. Essa Delegacia e o policiamento da PMMG não são suficientes para suprir a demanda. Já recebi diversos telefonemas do Delegado dessa região, nosso amigo, o competente Dr. Wellington Peres Barbosa, preocupado com a superlotação da Delegacia de Venda Nova. Hoje, ao se tornar um presídio, onde deveriam caber mais ou menos 60 presos, está mais do que lotada, com 480 presos. Aliás, há presos até na área externa das celas. A situação é terrível, deprimente. Os presos já avisaram que começarão a matar uns aos outros, já que lá não cabem todos. Infelizmente, é a conhecida "ciranda da morte".

Até quando a população que paga seus impostos em dia ficará sem ver os seus direitos respeitados? E olha que os impostos são muitos, alcançando todos os níveis de governo. A nossa Carta Magna determina o direito à segurança, e temos de realizar ações urgentes.

Sabemos que a segurança no Estado de Minas Gerais melhorou um pouco. O governo atual tem feito o possível e o impossível para dar mais segurança ao cidadão mineiro. É do conhecimento de todos o que o Estado está fazendo, mas ainda estamos longe de atingir uma situação de segurança estável. Precisamos levar ao Sr. Governador Aécio Neves e aos órgãos de segurança do Estado a sensibilidade com referência à situação vivida pela comunidade da região de Venda Nova. A população quer e precisa de medidas urgentes para que tenha maior segurança e possa viver com maior tranquilidade.

Sempre lutei e trabalhei em defesa da vida, da liberdade, pelo respeito aos direitos do cidadão. Por isso registro aqui meu lamento e minha indignação.

Quero também parabenizar e não deixar de reconhecer, pois é justo, o bom trabalho que a Polícia Federal vem realizando na elucidação de crimes, prendendo quadrilhas que assaltam o Estado brasileiro.

Outro assunto que já foi palco de discussão de outros oradores é a educação em nosso Estado. Agradeço à Profª Vanessa Guimarães, Secretária de Educação, o atendimento a alguns pedidos deste Deputado. Hoje tenho a honra de presidir a Comissão de Educação, Ciência, Tecnologia e Informática desta Assembléia. Nosso gabinete e nossa Comissão estão abertos para receber reclamações, solicitações, questionamentos e dúvidas de todo funcionário do Estado que trabalha na área da educação.

Tivemos a antecipação do enquadramento dos professores, previsto para ocorrer em 36 meses, relativo à escolaridade e ao tempo de serviço. Isso proporcionará um aumento já anunciado pelo Governador Aécio Neves, atingindo mais de 80 mil funcionários.

Foi muito importante a implantação da promoção por titulação na área da educação, pois beneficiou, além do professor, os servidores que tiveram titulação superior à que já tinham. Desde dezembro do ano passado, trabalhamos junto às comissões da Assembléia Legislativa do

Estado de Minas Gerais para que essa titulação viesse, e, assim, o reconhecimento imediato do enquadramento por nível de escolaridade e tempo de serviço.

Sobre o que foi dito, é realmente verdade que ainda temos 20% do professorado recebendo seu vencimento básico um pouco abaixo do salário mínimo, mas sua remuneração é igual ou superior a R\$450,00. Isso é normal em todos os governos.

Recentemente tivemos a greve dos professores das universidades da área federal, a qual durou quatro meses. Ao retornarem ao trabalho, eles não receberam aumento do vencimento básico, mas gratificações, e, conseqüentemente, houve aumento da remuneração. Isso é o que tem havido. Uno-me aos demais colegas na luta, para acabar com essa situação, e tenho a certeza de que, dentro de pouco tempo, a Secretaria de Educação corrigirá essa distorção e elevará os salários. Essa é uma questão de honra da educação, e os professores merecem esse reconhecimento. Em breve, o Governador cumprirá mais esse dever, saudando essa injustiça com os professores. Hoje, são 20%, mas esse número já foi maior, e o Governador já atingiu um grande número deles, melhorando seu vencimento básico. Mas ainda temos 20% nessa situação, embora a remuneração global passe de R\$450,00. Mas o Governador vem corrigindo isso gradativamente, dentro dos limites do Estado. É claro que todo governo quer saldar as dívidas antigas herdadas de governos anteriores, e essa é uma delas.

O Governador também, com os pés no chão, conforme o cronograma de realização do Estado, atendeu recentemente a outra reivindicação, pleiteada por todos nós, e sobre a qual eu havia promovido um debate público no final do ano passado.

Seria necessário ainda que fosse corrigida uma situação de injustiça: um professor com dois cargos, ao assumir o cargo de direção de uma escola, teria de pagar a contribuição previdenciária, que deveria ser do patrão, do empregador, do Estado, o que corresponde aproximadamente a 22% do valor do segundo cargo. Portanto pagava a parte dele e a parte patronal, num total de 33%. Apresentei o Projeto de Lei Complementar nº 76/2005, e o Governador, por meio do Decreto nº 44.285, corrigiu essa distorção. Hoje, os Diretores, as Diretoras, os professores e as professoras detentores de dois cargos podem procurar a sua superintendência para corrigir essa situação, pois o Estado pagará os 22% dos 33% da contribuição previdenciária referente ao segundo cargo.

Temos de falar ainda de outra conquista. Foi aprovada pelo governo federal a lei que diz respeito à aposentadoria dos Diretores de Escola. A Emenda à Constituição nº 19, desde 1999, penalizou os professores que se tornassem Diretores de Escola. Se homem, para se aposentar, teria de ter 35 anos de serviço; se mulher, 30 anos. Essa distorção foi corrigida pela Lei nº 13.301. Agora, para os Diretores professores, o tempo de serviço passa a ser novamente de 30 anos, e, para as Diretoras professoras, 25 anos. Isso representa uma grande conquista, que, podemos dizer, de cabeça erguida, foi alcançada pelos professores.

Queria fazer essas ponderações e agradecer à Presidência a tolerância em nos conceder o tempo necessário para fazê-las.

O Deputado Sargento Rodrigues - Sr. Presidente, Sras. Deputadas, Srs. Deputados, público que nos acompanha pela TV Assembléia, em primeiro lugar, deixo claro que não irei polarizar o debate entre Oposição e Situação, quer seja em nível estadual, quer seja em nível federal.

V. Exa. sabe que, nesta Casa, esta sempre foi a minha postura. Sempre adotei este comportamento, mesmo porque algumas questões de que tratamos no dia-a-dia estão acima das ideologias partidárias. Portanto esclareço que não me posicionarei aqui dessa forma.

Todavia é óbvio que não poderia deixar de tratar do assunto que abalou todo o País e repercutiu internacionalmente. Refiro-me aos fatos que ocorreram de sexta-feira, dia 12, até a madrugada desta terça-feira, dia 16, no Estado de São Paulo.

São graves as questões que envolvem a segurança pública em São Paulo. Essa situação, de certa forma, requer a atenção de todos nós. Até pensei que hoje, nesta Casa, esse seria o assunto durante o tempo todo, já que o que aconteceu é muito grave. À luz do dia, assistimos, em tempo real, pelas grandes mídias, ao rompimento do Estado Democrático de Direito.

Deputado Rogério Correia, no dia 15 de maio, na página do Senado, Renan Calheiros afirmou que a ação da bandidagem, que já resultou em mais de 70 mortes em São Paulo, é mais do que um atentado contra os profissionais de segurança e a população civil. É um atentado contra o Estado Democrático de Direito, e os poderes constituídos e as instituições não podem aceitar isso. O Presidente do Senado promete que juntará um pacote de projetos relativos à área de segurança pública para votar.

Também se revezaram na tribuna os Senadores César Borges, Paulo Paim, Álvaro Dias, Agripino Maia, Pedro Simon, Romeu Tuma e Arthur Virgílio. São pessoas que pertencem à Câmara Alta e que têm forte influência neste país. O Presidente do Senado estava substituindo o Presidente da República, antes de ele retornar. Portanto são pessoas que podem pautar os projetos, assim como o Presidente desta Casa, que tem a missão constitucional e regimental de elaborar a pauta.

Em Brasília, assistimos à Oposição atacar a Situação e vice-versa, e qual é a medida concreta, prática que está sendo tomada? O próprio Senador Renan Calheiros tem dois projetos interessantíssimos nessa área. Um visa ao financiamento público das moradias aos policiais civis e militares, aos Bombeiros e aos Agentes Penitenciários, e o outro visa aumentar a alíquota de contribuição para o Fundo Nacional de Segurança Pública, com o objetivo de não repassar migalhas.

Não adianta um Deputado dizer que Fernando Henrique passou mais e Lula menos, pois os dois não estão passando absolutamente nada. São migalhas o que estão repassando. Segurança pública é dever do Estado? Sim, mas à medida que iniciamos uma discussão, percebemos que há uma parcela maior de responsabilidade do governo federal.

Recentemente a população demonstrou a sua vontade por meio do referendo. No dia 23 de outubro, 64% da população brasileira foi às urnas dizer "não" à proibição da venda de armas e munições. Na prática, queriam era dizer "não" à insegurança pública. E o que tem sido feito desde o governo FHC ao governo Lula, no que diz respeito ao combate sistemático e concreto do contrabando de armas e munições e do tráfico de drogas nas fronteiras? Não dá para permanecermos falando que a responsabilidade é do governo "a" ou do governo "b". O problema, que é muito sério, está acima das instituições partidárias.

No último fim de semana, morreram 39 agentes de segurança pública em São Paulo. Foram 22 policiais militares, 6 policiais civis, 3 guardas penitenciários e 8 Agentes Penitenciários. Em apenas 3 dias, 39 servidores da área de segurança pública morreram em São Paulo. Não podemos ficar discutindo de quem é a responsabilidade, se de "a" ou de "b", ou se o governo "x" ou "y" fez mais investimentos. Eu e os demais Deputados desta Casa temos a obrigação de fazer o melhor, de apresentar a melhor proposta de lei, de discutir e cobrar.

Que existe um descaso, um abandono a essa questão, principalmente por parte do governo federal, existe! Todos nós sabemos. Cheguei a presidir a Comissão de Segurança Pública, nos anos de 2003 e 2004, e, por dezenas de vezes, realizamos audiências públicas, em que concluíamos que precisávamos de mais recursos. O Estado tem 853 Municípios, e mais da metade, Deputado Rogério Correia, depende de convênios com empresários e o Consep. Aí eu pergunto: por que não vincularmos a receita? Por que não termos uma verba carimbada? Apresentei um projeto nesta Casa que tramita desde 2003. Trata-se do Projeto de Lei nº 823, que vincula as taxas de segurança pública. Não

estamos propondo a criação de outra taxa, mas a vinculação daquela taxa paga pelo cidadão. Citarei os valores dos últimos dois anos: em 2004, foram R\$334.000.000,00; em 2005, R\$360.000.000,00. Precisamos vincular tais recursos, e a proposta está aqui. Será que teremos de esperar, Deputado Ricardo Duarte, que aconteça, em Minas Gerais, o que aconteceu em São Paulo para que deixemos de degladiar a questão partidária e avancemos na principal? Peço muito a Deus para que o Senador Renan Calheiros faça realmente o que disse, ou seja, que, quando os projetos de segurança pública forem incluídos na pauta, não haja interferência do Executivo. Infelizmente, essa é uma realidade latente dos Poderes Legislativos em todas as suas esferas - municipal, estadual ou federal. Existe subserviência. Não podemos deixar de creditar a nossa culpa, porque nós, Deputados, Senadores e Vereadores, temos bons projetos, visitamos as comunidades, debatemos e ouvimos as pessoas, mas ficamos subservientes. Já passou a hora de o Legislativo dar uma contribuição mais significativa. Peço encarecidamente ao Senador Renan Calheiros que reúna esses projetos, coloque-os na pauta, e que os Senadores os votem, porque foram 39 agentes de segurança pública. Temos dois projetos tramitando nesta Casa, Deputado Rogério Correia, e precisamos realmente observar, porque o aparato de Justiça Criminal, composto pelas Polícias Civil e Militar, pelo Ministério Público, pelo Judiciário e pelo sistema prisional, tem... Em matéria publicada no jornal da associação dos oficiais da Polícia Militar e do Corpo de Bombeiros Militar, o Presidente Maj. Zuer Ferreira disse que é o sistema de Justiça Criminal, porque se paga salário inicial de R\$19.000,00 ao Promotor de Justiça e ao Juiz, mas o salário dos policiais militar e civil não pode sequer ser vinculado ao salário mínimo, porque o art. 37 da Constituição da República veda esse procedimento. Ou seja, os mandatários do poder podem ter salários vinculados, mas os servidores públicos, que morram à míngua. É assim que os braços do aparato de Justiça Criminal vêm essa situação hoje. Por que um Promotor ou um Juiz pode receber R\$19.000,00 no início de carreira e um Coronel ou Delegado da Polícia Civil recebe um salário bruto de R\$8.000,00 após 30 anos de serviço? Imaginem o quanto recebe um Detetive ou Soldado.

Deputado Rogério Correia, há muita coisa errada. É preciso que o governo federal vigie as fronteiras e, mais que nunca, que o aparato da Polícia Rodoviária Federal receba o tratamento necessário. Infelizmente os mandatários do País esperam acontecer as tragédias para anunciar pacotes de medidas. Estarei aqui vigilante para cobrar do Presidente Lula; do Governador Aécio Neves; do Presidente do Senado; do Aldo Rebelo, da Câmara dos Deputados; o que, de fato, farão.

Deputado Rogério Correia, estou endereçando uma correspondência ao Governador. No dia 25 de abril, entreguei-lhe uma pauta de reivindicação em nome da segurança pública e solicitei-lhe o envio da lei de efetivo da Polícia Militar, pois todas as promoções estão travadas, acarretando um desânimo completo na instituição. Além disso, solicitei-lhe que encampasse ou pedisse à base de governo para votar o nosso Projeto de Lei nº 823, que trata da criação do Fundo Estadual de Segurança Pública. Já é o terceiro ano em que esse projeto de nossa autoria está tramitando. Quem sabe agora, após essa tragédia ocorrida em São Paulo, possamos avançar e certificar. Mais da metade dos Municípios mineiros não podem ficar dependendo de convênio com Prefeituras, empresários, Conseps. Será que aquele policial no destacamento tem isenção? Certamente, não. O Prefeito que dá a gasolina, o aluguel do destacamento, a reforma da viatura e o material de escritório e de limpeza é o mesmo que, muitas vezes, vai até lá para retirar uma multa, a fim de liberar um cidadão sem carteira. Não me refiro aos sérios e honrados, mas sim àquele Prefeito que não sabe diferenciar dinheiro público de um convênio do Município com a polícia, pois entende que quem dou o recurso do próprio bolso foi ele. Então, há pessoas que misturam tudo.

Se aprovássemos o Fundo Estadual de Segurança Pública, certamente teríamos a tranquilidade de saber que, em cada Município, haveria uma guarnição da Polícia Militar ou Civil ou do Corpo de Bombeiros, que teriam sua condição logística, isenção para atender à população, seja entre "a" ou "b".

Sinto-me preocupado quando vejo nobres colegas Deputados se debaterem para falar de um partido ou de outro.

Deputado Doutor Viana, V. Exa. é médico pediatra e cuida da vida, assim como os guardiões da comunidade. Há poucos dias, estive nesta tribuna para falar sobre a morte do Ten. Júnio, que capotou a viatura na tentativa de chegar ao local de uma ocorrência, em que uma outra equipe estava sofrendo ataque de uma gangue, numa troca de tiros. Ele morreu defendendo a sociedade. Os policiais, sejam de São Paulo, sejam de Minas Gerais ou de qualquer parte do Brasil, pagam com o tributo do sangue. Em 2003, 29 servidores da segurança pública de Minas Gerais foram mortos defendendo a sociedade; em 2004, 34; e, em 2005, 24. Esses são os únicos servidores no Estado que pagam com o tributo de sangue.

Será que o Promotor e o Juiz, que recebem R\$19.000 iniciais, que são parte dessa engrenagem do aparato de Justiça Criminal, precisariam ganhar tanto mais do que um Soldado ou um Detetive, que estão na ponta da linha? Ou será que os salários deles estão adequados e os dos outros precisam chegar a um patamar decente, de dignidade? É isso o que estamos cobrando.

Precisamos urgentemente reformar os Códigos Penal e de Processo Penal. Mas, Deputado Doutor Viana, dependemos do Executivo, pois o Congresso é subserviente. Não adianta quereremos dizer que não, pois ele é! Se o Executivo não se empenhar em mandar os projetos, não há reforma. É por isso que a parcela de responsabilidade do governo federal aumenta.

Quando o governo federal não cuida das fronteiras, seja Fernando Henrique Cardoso, seja Luiz Inácio Lula da Silva, e a droga passa livremente, aqui, na Pedreira Prado Lopes, assistimos a pessoas fumando pedra de "crack", essa droga avassaladora, que é um substrato da cocaína, dissemina-se por todos os lados e, a cada dia, mata parte da comunidade, destruindo muitas famílias. Por onde passa essa droga, Deputados? Pelas fronteiras. O Brasil não produz pasta-base de cocaína. Há aqui até laboratório de refino, mas a droga é produzida na Colômbia, na Bolívia e em outros países que fazem fronteira com o Brasil.

O armamento pesado do Primeiro Comando da Capital, em São Paulo, utilizado para matar os policiais, e o armamento do Comando Vermelho, no Rio de Janeiro, vêm de onde? São armas israelenses, alemãs, italianas, russas, que passam pela fronteira.

Já disse aqui e repetirei. Não vim a esta tribuna para discutir embate ideológico ou partidário. Essa responsabilidade é de todos nós. Quando vou às audiências públicas, pergunto se o Promotor ou o Juiz estão lá; na maioria das vezes, não estão. Quando o legislador disse que segurança pública é dever do Estado, esse ente não pode ser enxergado de forma míope, como apenas as Polícias Civil e Militar. O Estado é a Assembléia, o Ministério Público, o Judiciário, que estão longe da segurança.

Quando me deslocava à cidade de Betim hoje, para a audiência pública da Comissão de Segurança Pública, em que estiveram presentes seis Deputados Estaduais e a Deputada Federal Maria do Carmo Lara, ouvi a Deputada Zulaiê Cobra dizer que, em São Paulo, há 12 anos, tenta aprovar um projeto, Deputado Rogério Correia, na área de segurança pública, para criar uma lei orgânica nacional que defina melhor o papel de cada uma das polícias e promova, inclusive, a integração. Isso ocorre, Deputado Laudelino Augusto, porque parte dessa culpa é nossa, em função da subserviência do Legislativo. Os Deputados, com projetos excelentes e bem discutidos com a população, não conseguem sequer pautar os seus projetos, porque dependem de costuras políticas e negociações. Precisamos parar de pedir, a toda hora, pelo amor de Deus para um requerimento entrar na pauta. O projeto não é apenas deste Deputado, mas, sim, do conjunto dos 77 Deputados e do Congresso Nacional. Prova disso foi a fala da Deputada Zulaiê Cobra, que afirma que, há 12 anos, tentar aprovar um projeto na área de segurança pública.

Sou até muito feliz, Deputado Rogério Correia. Ao longo desses sete anos e quatro meses de mandato, já consegui aprovar 11 leis nesta Casa: duas emendas à Constituição, duas leis complementares e sete leis ordinárias. Diria que ainda precisamos avançar um pouco mais. É por esse motivo, Deputado Doutor Viana, que, mais uma vez, digo que não estou preocupado em colocar a culpa no partido "a" ou "b". O que aconteceu em São Paulo é muito grave.

O Governador anunciou, no dia 18 de abril, o Cinturão de Segurança. Fica um alerta ao Governador Aécio Neves para que promova o Cinturão o mais rápido possível para que Minas Gerais não sofra tudo isso que São Paulo vem passando. A população está vivendo uma agonia e um desespero ao ter de ir para o trabalho sem saber como voltar de ônibus. Isso é muito sério. Isso não passa por nossa mesquinha discussão partidária. O que está em jogo é o nosso bem maior, a vida, a liberdade, a integridade física de cada cidadão. Precisamos parar com esse debate. Debatessemos o tempo inteiro sem chegar a nenhuma proposta concreta. É necessário que tenhamos a maturidade, a altivez para dizer que precisamos avançar no governo federal, no governo estadual e no governo municipal. Muitas vezes o Prefeito de um Município pequeno quer criar a guarda municipal ao invés de trabalhar no campo da prevenção social, preferindo fazer algo inadequado por falta de conhecimento da matéria. E com esse objetivo que ocupamos a tribuna desta Casa. Existem vários projetos sérios de Deputados nesta Casa, e estamos aqui para conclamar o conjunto dos Deputados para - quem sabe - convencer o Presidente a colocar esses projetos na pauta. Precisamos aprovar esses projetos para dar nossa contribuição. Nós, Deputados Estaduais, estamos espremidos no que diz respeito à competência legislativa entre o Município e a União. O Congresso é moroso, lento; o Município não pode legislar muito nessa área; e ao Estado cabe muito pouco, porque a área de segurança pública passa, pressupostamente, por uma legislação penal, por uma legislação constitucional. Então, precisamos avançar.

O Deputado Fahim Sawan (em aparte)* - Apenas gostaria de corroborar com o que V. Exa. vem falando. Realmente este Parlamento precisa ter a celeridade necessária para que possamos dar satisfação a nossa sociedade, que tem depositado toda a confiança em nós.

Querira aproveitar o aparte que V. Exa. me concede, Deputado, para pedir a esta Casa que a Comissão de Saúde possa ir novamente à cidade de Uberaba, uma vez que constatamos mais uma morte por dengue hemorrágica na nossa cidade, o que nos tem trazido um problema muito sério. Temos visto a displicência, a negligência, a falta de competência para administrar a saúde de um Município. É enorme o descaso com a população, o descaso dos mandatários daquele governo, quando não entendem a necessidade do pronto atendimento para as classes mais pobres da população. Mais uma vez, houve falha grave no atendimento do Centro Municipal de Atendimento, na minha cidade de Uberaba. Houve um atraso para atender o paciente, pois levou seis horas para que ele fosse atendido. Em choque, o paciente foi para o hospital-escola. Ele teve a primeira parada cardíaca, que foi revertida, mas, na segunda, não conseguiram reverter a situação. O paciente tinha 20 anos de idade. Era uma pessoa forte, funcionário da OAB de Uberaba - Dario Bessa. Então, venho aqui lamentar que, mais uma vez, se constatou o óbito de uma pessoa por descaso do sistema público de saúde da minha cidade de Uberaba.

Quero aproveitar também, Deputado Rogério Correia, que hoje preside essa reunião, para pedir o encerramento, de plano, desta reunião, por não haver quórum suficiente para a continuação dos trabalhos. Muito obrigado.

O Deputado Sargento Rodrigues - Cumprimento o nobre Deputado, mas lembro-lhe que este Deputado lhe concedeu o aparte, portanto, se fosse o caso, seria o indicado para solicitar o encerramento da reunião. Acredito que tenha havido um equívoco por parte do meu companheiro.

Deputado Rogério Correia, durante toda essa turbulência de São Paulo, assistimos publicamente - e isso está em meu "site" - à incompetência do Governador do Estado ao dizer que não precisava de tropas da Força Nacional de Segurança Pública, que tem 4 mil homens à disposição. Na sexta-feira, quando se iniciaram os ataques, ele disse à toda imprensa que a situação estava sob controle; no sábado, quando já haviam matado mais de 20, repetiu que tudo estava sob controle; no domingo, quando as mortes passaram de 30, 40, 50, continuou afirmando o mesmo; e hoje, quando temos mais de 80 mortes, ele ainda afirma que está sob controle.

Como operador da área de segurança pública há quase 22 anos, não poderíamos deixar de registrar a nossa oposição. Somos totalmente contrários à presença das tropas do Exército, pois suas armas são uma, e as da polícia, outra; o seu inimigo é um, e o da polícia, outro - em potencial, o criminoso. Além disso, os campos onde se desenvolvem as ações estratégicas e operacionais são completamente diferentes. Portanto o Exército não é uma força preparada para lidar com a criminalidade urbana, como o são as polícias estaduais. Entretanto a ajuda da Força Nacional de Segurança Pública e da Polícia Federal deveria ter sido aceita.

Houve uma incompetência total de quem não entende absolutamente nada de segurança pública. O Governador recusou o oferecimento do governo federal, do Ministro da Justiça e do Presidente da República, das tropas federais, e muitas vidas foram perdidas.

Deputado Doutor Viana, se a ajuda de 4 mil homens da Força Nacional de Segurança Pública, composta por parte das polícias de todo o Brasil, tivesse chegado em tempo hábil ou no segundo dia, muitas dessas vidas teriam sido poupadas. E, se fosse apenas uma, já seria o bastante.

Concederei aparte ao Deputado Ricardo Duarte, mas, considerando-se que fiz pelo menos seis considerações específicas, solicito que não fiquemos polarizando em questões ideológicas e partidárias. Conduzi a minha fala, o tempo todo, responsabilizando tanto "a" como "b". Peço a V. Exa. que conduza sua fala da mesma forma.

O Deputado Ricardo Duarte* - Quero cumprimentá-lo e defender o Fundo Estadual de Segurança Pública, importante projeto do Bloco PT-PCdoB nesta Casa.

Quanto à grave situação de São Paulo, ainda é preciso ser dito que, além de não aceitar a ajuda da Força Nacional de Segurança Pública, o comando de São Paulo desvalorizou essa Força. Ouvi o Comandante dizer que eram apenas polícias treinadas de alguns Estados.

Faço também uma crítica da troca dessa ação pela negociação com o PCC, pois ela poderia ter evitado a situação ou tê-la encaminhado de outra forma.

Cumprimento-o por seu pronunciamento. Como Líder do Bloco PT-PCdoB, quero dizer que também apoiamos a aprovação do projeto de lei que trata do Fundo Estadual de Segurança Pública.

O Deputado Doutor Viana (em aparte)* - Fiz questão de ouvir o seu pronunciamento do início ao fim e parabeno V. Exa., como sempre, firme, decidido e ponderado.

Na quinta-feira, realizou-se, nesta Casa, um seminário contra as drogas e a criminalidade. Tive a oportunidade de coordenar a última mesa-redonda e fiz uma pergunta a dois Delegados - um da Polícia Civil e outro da Polícia Federal - e ao Juiz presente sobre o uso do telefone celular: Por que deixarem usá-lo?

A facilitação da entrada do celular nas cadeias é histórica, e o bandido chega a comandar, de dentro delas, assaltos e seqüestros. A tecnologia é muito desenvolvida. Então, questionei se não era possível bloquear as ondas para que os bandidos não tivessem contato. O Juiz pediu a palavra e disse duas coisas. Primeiro, que os celulares não eram repassados pelos familiares, mas por muitos advogados e agentes da própria Polícia, que, lamentavelmente, deixavam-se persuadir. Mais uma vez, pedimos esse empenho da polícia para que os celulares sejam bloqueados. A OAB não aceita que os advogados sejam revistados, mas o preso pode ser revistado toda vez que recebe a visita do profissional.

Sobre o Código Penal, preocupa-me o fato de as leis brasileiras serem brandas. É preciso mais rigor e penalidades maiores. A maioria dos Juizes diz, como cidadão, ser contra as leis, embora tenha que cumpri-las. A Constituição dos Estados Unidos tem mais de 200 anos e é tida

como boa. Precisamos mudar as nossas leis.

Parabenizo a Polícia, que, em Minas, realmente segue o lema "Nossa Missão é sua Vida". Obrigado.

O Deputado Sargento Rodrigues - Agradeço as palavras dos Deputados Doutor Viana e Ricardo Duarte, Líder do Bloco PT-PCdoB. Deputado Doutor Viana, em Minas, temos, graças a Deus, algumas experiências com resultados positivos.

A primeira é a integração das Polícias, que serve de modelo para todo o País. É necessário que ela avance para acabar com a sobreposição de funções e ausência de troca de informações. O trabalho de inteligência em conjunto já dá sinais de que é preciso fazer um trabalho sério. A segunda é a criação da guarda penitenciária e a retirada gradativa das Polícias Civil e Militar. Falta muito, mas o governo está no caminho certo. Ações como essas mostram que é possível fazer algo; bastam seriedade, determinação e, acima de tudo, respeito do governo pelo cidadão.

O Legislativo, o Executivo e o Judiciário têm o compromisso de trabalhar corretamente, serem produtivos e, cada vez mais, propositivos. Parabéns aos policiais! Doutor Viana, em Minas, as facções criminosas - Comando Vermelho e PCC - não fixaram suas bases graças ao esforço pessoal de cada policial que gosta da sua atividade e a ela se dedica. Falta os governos estadual e federal reconhecerem esses servidores para que sejam colocados, no mínimo, num patamar digno para prestar um serviço cada vez melhor à população.

* - Sem revisão do orador.

35ª REUNIÃO ORDINÁRIA DA 4ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA 15ª LEGISLATURA

Discursos Proferidos em 17/5/2006

O Deputado Weliton Prado - Boa-tarde a todos. Imagino o que os telespectadores estejam pensando. É triste, lamentável, constatar que, em vez de apresentar propostas e discutir mudanças para ajudar na realização das transformações necessárias de que o nosso Estado tanto precisa, eles ficam com picuinhas partidárias, pessoais. Realmente isso não pode acontecer. Temos de nos unir, independentemente de partidos políticos, de diferenças partidárias, e realizar grande levante em defesa do nosso Estado, principalmente em relação aos programas sociais, que se preocupam com a dignidade humana.

Quero apenas esclarecer alguns tópicos relacionados à segurança pública, hoje uma das maiores preocupações da população. Acredito que o problema se resolve a partir da construção de mais escolas, de investimentos em educação e da garantia do acesso aos nossos jovens às universidades e aos cursos técnicos profissionalizantes, que se extinguíram durante o governo Azeredo. O ex-Governador Itamar Franco prometeu que os cursos voltariam, mas isso não aconteceu. Na campanha, o Governador Aécio Neves também prometeu a volta dos cursos técnicos profissionalizantes em todas as regiões do Estado, mas, infelizmente, não passou de promessa.

A segurança pública tem recursos suficientes somente no Orçamento do Estado. Apenas o que é arrecadado pelo governo do Estado, por meio das taxas pagas pelo povo mineiro, está em torno de R\$360.000.000,00. É muito dinheiro, que, infelizmente, é desviado para outras áreas em vez de ser aplicado na segurança pública. Por isso é fundamental a criação do Fundo Estadual de Segurança Pública.

As polícias de todo o Estado, principalmente as do interior, dependem de convênios com o poder público municipal. Aliás, dependem de ajuda até mesmo para o seu funcionamento, para pagarem as contas de água, luz, telefone e aluguel. Essa dependência do Município fragiliza autoridade das forças de segurança pública no Estado. Para citar um exemplo ao Deputado que me antecedeu, ontem participamos de um debate na Câmara Municipal de Uberlândia, a convite do Vereador Wilson Pinheiro, para discutir a segurança pública, incluindo a criação da Guarda Municipal. Aliás, há recursos do governo federal para incentivar a criação de guardas municipais.

Uberlândia é uma das poucas cidades do País cuja população está acima de 500 mil habitantes e que não tem a Guarda. A guarda preventiva desafogaria o trabalho das Polícias Militar e Civil, além de ser mais uma força para cuidar do patrimônio público.

Há recursos previstos no Fundo Nacional de Segurança Pública. Se, para Uberlândia, sem nenhum projeto, estão previstos R\$400.000,00 para investimentos em segurança pública, imaginem para os demais Municípios do Estado.

Então, há recurso, mas, às vezes, falta projeto do governo do Estado e, quando ele faz algum projeto, troca o rótulo para dizer que o programa é seu. Exemplos claros são o fato de crianças de 6 anos entrarem na escola, os programas Luz Para Todos e Fome Zero, do governo federal, que investe, somente em Minas Gerais, mais de R\$1.000.000.000,00. Já o governo estadual muda o rótulo dos projetos e tenta passá-los como se fossem programas do Estado.

Quanto à educação, sempre gosto de repetir a frase do Paulo Freire, que diz que, "se a educação sozinha não transforma a sociedade, tampouco sem ela a sociedade muda". Isso é verdade. E como pensar em mudanças significativas, já que o professor recebe menos do que um salário mínimo, totalmente desmotivado, sem as menores condições de trabalho, sem atendimento médico - o Ipsemg não tem atendimento médico -, e em dificuldade para se aposentar? Professores que tiveram que se afastar por ajustamento funcional ou por doença, e, às vezes, precisaram ficar fora da sala de aula, mas continuaram trabalhando na escola, infelizmente terão que trabalhar mais algum tempo para se aposentar. Os Diretores são prejudicados. Esses são problemas de hoje no quadro da educação, que desestimulam os profissionais.

E profissionais de outras áreas também têm os salários baixos. Estou com um documento em que os fiscais do Estado fazem reivindicações. Em uma média geral, o Estado de Minas Gerais é o que pior remunera os servidores em todo o País. Não há como compararmos Minas Gerais com outros Estados. Se compararmos os gastos com publicidade, Minas Gerais é campeã. Só no orçamento do ano passado foram gastos mais de R\$60.000.000,00 com publicidade e divulgação, fora os gastos com publicidade da Cemig, da Copasa e da Codemig, que somaram mais R\$50.000.000,00.

Para se ter uma idéia, os investimentos para pesquisa e extensão na Uemg são bem menores do que os destinados pelo governo à publicidade e divulgação. Ele não cumpre a legislação e a promessa de descentralizar a Uemg em vários "campi" avançados em todo o Estado de Minas Gerais: Triângulo Mineiro, Sul de Minas e Zona da Mata. Não há garantia de novos cursos na Região Metropolitana. Infelizmente, o governo não cumpre a Constituição nem a promessa de campanha.

Em relação a propostas claras, como membro da Comissão de Educação, Ciência, Tecnologia e Informática, participei do Congresso Mineiro de Educação, nos dias seis a oito de abril, em que apresentamos várias sugestões acerca da modificação do documento base do Plano Decenal de Educação do Estado de Minas Gerais.

Cito algumas propostas: priorizar a relação ensino médio profissionalizante; garantir o ensino médio obrigatório, universalizando-o; promover a integração das instituições mineiras de ensino superior em ações interinstitucionais voltadas ao desenvolvimento regional e do Estado; e promover o desenvolvimento da capacidade institucional das instituições estaduais de ensino superior - Uemg e Unimontes - fortalecendo sua infra-estrutura, direcionando sua expansão regional e ampliando seu alcance e os recursos.

No que diz respeito à educação infantil, elaborar, em 2007, os projetos político-pedagógicos e regimentos internos escolares em 100% das instituições públicas e privadas, assegurada, nesses instrumentos, a revisão a cada dois anos; ampliar progressivamente a jornada escolar diária dos alunos, respeitando o princípio da equidade, visando à oferta de tempo integral em 100% dos estabelecimentos públicos de educação infantil até 2015; e garantir que a merenda escolar seja oferecida em quantidade e qualidade suficiente para atender 100% das crianças na educação infantil, por meio da colaboração financeira da União, do Estado e do Município.

Em relação ao ensino infantil, definir em lei o máximo de crianças nas turmas de educação infantil, com base nos seguintes parâmetros: 25 alunos, até 2007; 20 alunos, até 2009; e 15 alunos, a partir de 2011.

Em relação ao ensino fundamental, garantir, até 2008, que todas as escolas tenham uma biblioteca com livros didáticos e obras de referência, disponibilizados aos alunos, aos professores e a toda a população, bem como por meio da internet; garantir a inclusão digital de todos os alunos da rede pública de ensino, implantando laboratórios de informática com conexão à internet em alta velocidade, em 100% das escolas, até 2008; informatizar a administração escolar de todas as escolas públicas, instalando sistemas informatizados de gestão escolar e sistema de controle eletrônico em tempo real de frequência dos estudantes, em todas as escolas públicas, em colaboração com a União, até 2008.

Novas propostas. Em relação ao ensino fundamental, realizar, em 2007, um censo sobre a infra-estrutura física, mobiliário e equipamentos e sobre a infra-estrutura básica, como energia elétrica, água tratada e saneamento das escolas estaduais - muitas vezes as escolas não possuem carteira, cadeira, quadras cobertas -, para quantificar as carências e as demandas, vinculando os recursos de investimento do Estado a esse planejamento; assegurar o transporte escolar, mediante cooperação dos Municípios, até 2011, de todos os alunos do ensino fundamental que estudarem em escolas distantes mais de 2km de sua residência; garantir o passe livre aos alunos que não tiverem escola próxima a sua residência, no perímetro urbano; assegurar atividades de educação física em todas as séries do ensino fundamental, com professores habilitados e carga horária não inferior a 2 horas semanais.

Em relação ao ensino médio, garantir a inclusão digital de todos os alunos da rede pública de ensino, implantando laboratórios de informática, com conexão à internet em alta velocidade, em 100% das escolas, até 2008; informatizar a administração escolar de todas as escolas públicas; ampliar e consolidar, em parceria com a União, o programa Livro na Escola, assegurando que, em 2008, 100% dos alunos da rede pública recebam os livros de todas as disciplinas; realizar, até 2007, um censo sobre a infra-estrutura física, mobiliário e equipamentos e sobre a infra-estrutura básica, nas escolas de ensino médio; garantir oferta de merenda escolar aos estudantes do ensino médio, até 2008, inclusive aos matriculados no turno noturno; ampliar a duração do ensino médio, de três para quatro anos, incluindo conteúdos de formação preparatória para a cidadania e para o mundo do trabalho, em todas as escolas públicas do Estado, seguindo os seguintes prazos: até 2009, nas Escolas Referência; até 2012, nas escolas situadas em cidades sem oferta de ensino profissionalizante; e, até 2015, para as demais escolas, além de garantir a implementação das disciplinas Filosofia e Sociologia em todas as escolas; assegurar o transporte escolar, mediante cooperação dos Municípios.

Em relação ao ensino superior, assegurar a oferta de ensino superior nas redes pública e privada para, pelo menos, 30%, em cinco anos, e 50%, até o final da década, aos jovens com até 18 anos. Garantir recursos suficientes para a pesquisa e a extensão da Uemg e da Unimontes.

Não terei tempo de falar sobre toda a nossa explanação. Essas são as sugestões que apresentamos de modificação do documento-base do Plano Decenal de Educação de Minas Gerais, apresentado no Congresso Mineiro de Educação.

Sr. Presidente, na semana passada, estivemos reunidos com Diretores de Cesecs de várias cidades mineiras, para discutir o problema da merenda escolar. Há 97 Centros Estaduais de Educação Continuada - Cesecs -, para a educação de jovens e adultos, além dos Postos de Educação Continuada - Pecons. Os alunos estão sem merenda escolar. O governo do Estado não está repassando recursos.

Em Brasília, estive no Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educação e no MEC e descobri o Programa Fazendo Escola. Solicitamos recursos desse Programa para o nosso Estado. Pela primeira vez, Minas Gerais vai receber recursos desse Programa, no valor de R\$1.200.000,00, que podem ser utilizados inclusive na compra da merenda escolar.

Repassei à Secretária de Estado de Educação todos os documentos necessários à habilitação para receber os recursos. Realizamos uma reunião com os Diretores para tratar dos problemas relacionados aos Cesecs, a fim de garantir a aplicação dos recursos também na merenda escolar.

Ficamos surpresos com a mobilização, da qual participaram os Diretores dos Cesecs de Pará de Minas, Montes Claros, Unaí, São Gotardo, Betim, Paracatu, Joaíma, Manhuaçu, Presidente Olegário, Patos de Minas, Santa Luzia, Guanhães, Sabinópolis, Felixlândia, Várzea da Palma, Vespasiano, Pirapora, Buritizeiro, São João del-Rei, Divinópolis, Itamarandiba, Sete Lagoas, Rio Piracicaba, Ferros, Itabira, Machado, Camanduiba, Venda Nova e Carmo do Paranaíba.

Como se vê, muitos Diretores participaram. Contamos com a presença de representantes de quase 30 cidades. Fizemos uma boa reunião e, depois, fomos à Secretaria de Educação. O Subsecretário Gilberto Rezende garantiu que esses recursos serão aplicados na merenda escolar. Disse ainda que regularizaria a situação da merenda escolar nos Cesecs de todas as regiões do Estado.

Aproveito a oportunidade para solicitar o apoio de todos os Deputados à criação de uma frente parlamentar em defesa dos Pecons e dos Cesecs e da educação de jovens e adultos. Isso é fundamental. Aliás, no final do ano, podemos fazer alterações no Orçamento ou discutir, na peça orçamentária enviada pelo Governador, a destinação dos recursos necessários à educação de jovens e adultos, enfim, a determinação de recursos suficientes para resolver os graves problemas de estrutura dos Cesecs.

Sr. Presidente, para terminar, ressalto que me sinto muito satisfeito por ter contribuído para a regulamentação da merenda escolar dos alunos da educação de jovens e adultos.

O Deputado João Leite - Sr. Presidente, Sras. Deputadas, Srs. Deputados, telespectadores da TV Assembléia, público presente, durante o tempo que me foi concedido, pretendo tratar de um assunto muito importante, foco de discussão em todos os lugares por onde passamos não só nesta cidade, mas também em todo o Estado.

Refiro-me à segurança pública, que não é apenas uma preocupação da população do nosso Estado, mas de todo o País. Sem dúvida, a segurança pública foi o grande tema da última campanha eleitoral para a Presidência da República. Quanto a algumas discussões, quase se atingiu a unanimidade.

Nesta tarde, lembro-me de um tema que foi objeto de discussão durante a campanha presidencial e que até hoje está vivo, presente nas discussões feitas pela população brasileira, que tanto se interessa pela segurança. Na Constituição de 1988, concordamos com vários pontos relativos à segurança, especialmente no tocante ao acerto dos legisladores. Sem dúvida, o capítulo destinado ao tema "segurança" tem alguns pontos importantíssimos.

O legislador constitucional, por exemplo, tratou a segurança pública como algo fundamental para o Estado e trouxe uma classificação em relação aos crimes cometidos e a como deveriam ser as penalidades. Determinou também quais papéis deveriam ter os Estados, os Municípios e o governo federal no cumprimento da pena daqueles que cometessem crime. Tratou ainda, especialmente, do crime organizado, do tráfico de drogas, do contrabando de armas e do descaminho. O legislador constituinte colocou a guarda desses presos e a obrigação da construção de presídios federais como responsabilidade do governo federal.

Certa vez, em uma visita aos Estados Unidos, tive a oportunidade de conhecer um presídio federal americano localizado no Estado de Nova Iorque, em Dembury, uma cidade no meio rural. Ali estão os presos mais perigosos, aqueles que cometeram um crime de maior gravidade e que também, de alguma forma, tinham interlocução até com outros países. Ali era o local de guarda desses presos.

Na discussão que aconteceu durante a disputa eleitoral para Presidente da República, acompanhamos as promessas dos candidatos. Sem dúvida alguma, a segurança pública, como capítulo especial daquela discussão, mereceu algumas promessas. O governo federal que aí está prometeu a construção de cinco presídios federais e a criação de uma guarda penitenciária federal, que ficaria incumbida de guardar aqueles presos de maior risco. Haveria também ramificações internacionais, conforme o tipo de crime e o envolvimento com crimes mais graves, como tráfico de drogas e contrabando de armas.

Mas hoje, passados quase quatro anos desse governo, lamentavelmente nenhum dos cinco presídios federais prometidos foi construído. O presídio federal deveria abrigar os criminosos mais perigosos, mas infelizmente os Estados do nosso país têm de lidar com esses criminosos e garantir a sua guarda.

Nesta Casa, tive a oportunidade de presidir uma CPI motivada especialmente pela fuga de um criminoso internacional, Fernandinho Beira-Mar, de uma unidade penal instalada no centro de Belo Horizonte. É dessa maneira que os nossos Estados convivem com esses criminosos de alta periculosidade, presos em nossas unidades estaduais.

É um custo muito alto para os Estados da Federação, que têm de guardar esses presos, dos quais o governo federal deveria cuidar. Dos cinco presídios federais prometidos pelo governo federal nem sequer um foi construído. Os governos estaduais têm de dar conta da guarda desses presos, que já são 140 mil no País.

Dessa forma os governos estaduais têm de dar conta da guarda de 140 mil presos. Além disso, o governo tem de dar conta de pagar tudo, pois, neste ano, o governo federal não repassou nem R\$0,01 ao governo de Minas Gerais, ao governo de São Paulo e aos demais governos. O governo federal acaba impondo aos Estados a guarda dos presos.

Ontem estivemos em Brasília com o Secretário de Segurança, que reclamou da falta de recursos para a guarda de presos por parte do governo federal. De acordo com a Constituição, é responsabilidade do governo federal a guarda dos presos que cometeram crimes como tráfico de drogas e contrabando de armas, mas atualmente não há sequer um presídio federal. Aliás, o governo federal não fez o que poderia ser feito para melhorar essa situação.

Estou com o documento referente à execução de cada um dos programas do governo federal. Quanto ao programa de Modernização da Polícia Federal, nada foi feito neste ano, ou seja, zero; Combate à Violência contra as Mulheres, zero; Atendimento Socioeducativo do Adolescente em Conflito com a Lei, zero; Proteção da Adoção e Combate ao Sequestro Internacional, zero; Gestão da Política na Área da Justiça, 1,23%; Promoção e Defesa dos Direitos da Criança e do Adolescente, 3%; Adestramento e Operações Militares do Exército, 6%; Programa Nacional de Inclusão de Jovens, 8%; Modernização do Sistema Penitenciário Nacional, 12%. Estamos falando em crise no sistema penitenciário brasileiro, e o governo federal libera 12%.

Tenho a proposta do PT acerca do que foi prometido na campanha eleitoral, ou seja, acerca do projeto Segurança Pública para o Brasil. Nesse documento, assinado pelo Presidente Luiz Inácio Lula da Silva, está a promessa dos presídios federais. Combater com vigor os operadores do tráfico de armas e drogas é tarefa prioritária de uma política de segurança pública democrática. Todavia, não se fez absolutamente nada. Também quanto ao Sistema Único de Segurança Pública - Susp - e à unificação das polícias, nada foi feito.

É preciso criar em curto e em médio prazos políticas públicas de prevenção à violência. Também é preciso distribuir renda, reduzir as desigualdades, elevar as taxas de escolaridade e eliminar o racismo. Tudo isso está nesse documento. Todavia, não há um presídio federal e não há recursos para o Estado cuidar desses prisioneiros.

O Deputado Domingos Sávio (em aparte)* - Deputado João Leite, faça coro com sua indignação - e olha que esse alerta já vinha sendo feito!

Há pouco tempo, o Governador Aécio Neves alertou diretamente o Presidente da República de que a questão do Fundo Nacional de Segurança Pública deveria ser tratada com repasse de duodécimos mensais, a exemplo do que ocorre com os fundos ligados à educação, o Fundef, e à saúde. O que vem acontecendo com a nossa Federação? Existe o fundo constitucional, o dinheiro no orçamento, e passa-se um ano inteiro sem se destinar um centavo para a área de segurança, para a construção de presídios. Depois que o leite é derramado e a tragédia ocorre, há todo aquele gesto de comoção. Ora, as promessas feitas não foram cumpridas! Mas voltaram a fazer novas promessas. São mais e mais promessas em cima do povo brasileiro. Portanto, é preciso que estejamos atentos e alertas, porque a questão da segurança é de responsabilidade de todos, inclusive do governo do Estado, que triplicou de 5 mil para 15 mil o número de vagas somente no mandato do Governador Aécio Neves. Ainda é preciso investir mais, com parcerias, ou seja, é preciso que haja investimentos por parte do governo federal.

Gostaria de dizer ainda que, além dessa preocupação, temos de estar atentos ao papel do Judiciário e do próprio Congresso quanto à modernização das leis, do Código Penal e do Código Processual, que são um desastre, uma vergonha! Vemos indivíduos que cometem crime hediondo terem sua pena reduzida, e que, soltos na rua, em pouco tempo, lideram quadrilhas e atiram nos policiais. O problema é extremamente sério e perverso.

Portanto V. Exa. está de parabéns por abordar um tema como esse com franqueza, e não com paixão partidária. É preciso cooperação e união entre os Estados e os Municípios para que haja mais segurança no nosso país.

O Deputado Adelmo Carneiro Leão (em aparte) - Seguindo essa análise do Deputado Domingos Sávio sobre a importância da liberação duodecimal dos fundos de modo geral, fiquei preocupado quando ele se referiu ao fundo de segurança, porque temos aqui, no Estado de Minas Gerais, o Fundo Estadual de Saúde. O que observamos, Deputado João Leite, é que tal fundo não é liberado dessa forma; não há cumprimento da ordem estabelecida por um valoroso Deputado desta Casa. Não é possível cobrar de alguns as ações que o governo daqui pode fazer. Essa é

a grande tarefa, o grande desafio que está sendo feito. Não tenho dúvida, Deputado João Leite, de que é preciso haver colaboração, mas é importante salientar também que essa colaboração faltou ao governo federal quando se votou o orçamento somente no final de abril. Como se pode cobrar o cumprimento do orçamento do Estado e denunciar o não-cumprimento do orçamento quando ele é votado cinco meses depois do tempo? Ora, então é preciso apurar e cobrar responsabilidades. Aí, sim, diante da exigência das parcerias necessárias, importantes e urgentes neste país, estabeleceremos o compartilhamento, a responsabilização de todas as instâncias de poder. Já insistimos nisso aqui: não é possível cobrar dos segmentos cada uma das ações como se isso resolvesse o problema da segurança pública, da educação, da saúde, do salário dos servidores públicos, enfim, do pleno desenvolvimento deste país. Se há realmente essa disposição de constituir parcerias, é preciso, mais que atacar qualquer setor governamental, analisar os problemas, enfrentar os desafios e, aí sim, trabalhar em conjunto para vencer os grandes desafios e colocar o Brasil num patamar mais elevado de solidariedade, dignidade e segurança.

O Deputado João Leite - Sr. Presidente, gostaria de encerrar para não entrar no tempo do Deputado Doutor Viana, próximo inscrito. Lamento não poder conceder mais aparte. Entendo a ponderação do Deputado Adelmo Carneiro Leão, mas já há programas com 77% de execução orçamentária.

Uma das promessas era que os recursos do Fundo Penitenciário não fossem contingenciados e a imposição de condições específicas e rigorosas na liberação de verbas federais para os sistemas penitenciários. Lamentavelmente não vimos nada disso por parte do governo federal e vivemos essa situação no que se refere à segurança do nosso país. Sr. Presidente, obrigado. Desculpe-me ter entrado no tempo do Deputado Doutor Viana.

* - Sem revisão do orador.

MATÉRIA ADMINISTRATIVA

AVISO DE LICITAÇÃO

PROCESSO LICITATÓRIO Nº 35/2006

PREGÃO ELETRÔNICO Nº 33/2006

A Assembléia Legislativa do Estado de Minas Gerais torna público, para conhecimento dos interessados, que fará realizar, no dia 2/6/2006, às 14h30min, pregão eletrônico, por meio da internet, do tipo menor preço global, tendo por finalidade a aquisição de equipamentos para aeronave PP-EMN, mão-de-obra para instalação dos equipamentos e modificação da chapa/painel, homologação do sistema de GPS (procedimentos) e emolumentos.

O edital encontra-se à disposição dos interessados nos "sites" www.licitacoes-e.com.br e www.almg.gov.br, bem como na Comissão Permanente de Licitação da Assembléia Legislativa, na Rua Rodrigues Caldas, 79, Ed. Tiradentes, 14º andar, onde poderá ser retirado, no horário das 8h30min às 17h30min, mediante pagamento da importância de R\$0,10 por folha ou gratuitamente em meio eletrônico. Neste último caso o licitante deverá portar disquete próprio.

Belo Horizonte, 22 de maio de 2006.

Luís Antônio Prazeres Lopes, Diretor-Geral.

RELATÓRIO DE GESTÃO FISCAL SEM DEDUÇÃO DE INATIVOS E PENSIONISTAS	
ESTADO DE MINAS GERAIS ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA DO ESTADO DE MINAS GERAIS	
RELATÓRIO DE GESTÃO FISCAL ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL	
DEMONSTRATIVO DA DESPESA COM PESSOAL	
MAIO/2005 a ABRIL/2006	
LRF, art. 55, inciso I, alínea "a" - Anexo I	R\$ Milhares
DESPESA COM PESSOAL	DESPESA LIQUIDADADA
	MAI/2005 A ABR/2006
DESPESA LÍQUIDA COM PESSOAL (I)	287.089
Pessoal Ativo	230.133
Pessoal Inativo e Pensionistas	128.213
Despesas não Computadas (LRF, art. 19, § 1º)	71.257
(-) Indenizações por Demissão e Incentivos à Demissão	895

Voluntária (1)		
(-) Decorrentes de Decisão Judicial		0
(-) Despesas de Exercícios Anteriores (2)		21.406
(-) Inativos com Recursos Vinculados (3)		28.237
(-) Despesas de Caráter Indenizatório (4)		20.719
OUTRAS DESPESAS DE PESSOAL DECORRENTES DE CONTRATOS DE TERCEIRIZAÇÃO (LRF, art. 18, § 1º) (II)		0
TOTAL DA DESPESA LÍQUIDA COM PESSOAL (I + II)		287.089
RECEITA CORRENTE LÍQUIDA - RCL (III)		20.544.796
% do TOTAL DA DESPESA LÍQUIDA COM PESSOAL sobre a RCL (IV) = (I + II) / (III)		1,3974%
LIMITE LEGAL (LRF, art. 20, incisos I, II e III) - 2,2272%		457.574
LIMITE PRUDENCIAL (LRF, art. 22, § único) - 2,1158%		434.687
RCL Fonte SCAO/SEF, dados da execução Safci - SIAFI-Assembléia		
Nota:	(1)	Indenizações por exoneração de Servidores de Recrutamento Amplo - o valor está incluído nos elementos/itens 3.1.90.16-05 e 3.1.90.94-01;
	(2)	Despesas de exercícios anteriores referentes ao período de 1997 a 2002;
	(3)	Contribuições previdenciárias, servidores e patronais FUNFIP e FUNPEMG - art.19, VI da Lei Complementar Federal nº 101, de 4 de maio de 2000;
	(4)	Despesas não computadas no art. 18, caput, da Lei Complementar Federal nº 101, de 04 de maio de 2000 - art. 3º da Resolução nº 5.200/2001 - Deliberação da Mesa nº 2.331/2003.
Mauri Torres, Presidente - Rêmolo Aloise - Rogério Correia - Fábio Avelar - Antônio Andrade - Luiz Fernando Faria - Elmiro Nascimento - Luís Antônio Prazeres Lopes, Diretor-Geral - Leonardo Claudino Graça Boechat, Diretor de Planejamento e Finanças - Valter Morato Barcelos, Gerente-Geral de Finanças e Contabilidade.		
RELATÓRIO DE GESTÃO FISCAL COM DEDUÇÃO DE INATIVOS E PENSIONISTAS		
ESTADO DE MINAS GERAIS ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA DO ESTADO DE MINAS GERAIS		
RELATÓRIO DE GESTÃO FISCAL ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL		
DEMONSTRATIVO DA DESPESA COM PESSOAL		
MAIO/2005 a ABRIL/2006		
LRF, art. 55, inciso I, alínea "a" - Anexo I		R\$ Milhares
DESPESA COM PESSOAL		DESPESA LIQUIDADA

		MAI/2005 A ABR/2006
DESPESA LÍQUIDA COM PESSOAL (I)		187.112
Pessoal Ativo		230.133
Pessoal Inativo e Pensionistas		128.213
Despesas não Computadas (LRF, art. 19, § 1º)		171.234
(-) Indenizações por Demissão e Incentivos à Demissão Voluntária (1)		895
(-) Decorrentes de Decisão Judicial		0
(-) Despesas de Exercícios Anteriores (2)		21.406
(-) Inativos com Recursos Vinculados (3)		28.237
(-) Pensionistas (4)		1.866
(-) Inativos (5)		98.111
(-) Despesas de Caráter Indenizatório (6)		20.719
OUTRAS DESPESAS DE PESSOAL DECORRENTES DE CONTRATOS DE TERCEIRIZAÇÃO (LRF, art. 18, § 1º) (II)		0
TOTAL DA DESPESA LÍQUIDA COM PESSOAL (I + II)		187.112
RECEITA CORRENTE LÍQUIDA - RCL (III)		20.544.796
% do TOTAL DA DESPESA LÍQUIDA COM PESSOAL sobre a RCL (IV) = (I + II) / (III)		0,9108%
LIMITE LEGAL (LRF, art. 20, incisos I, II e III) - 2,2272%		457.574
LIMITE PRUDENCIAL (LRF, art. 22, § único) - 2,1158%		434.687
RCL Fonte SCAO/SEF, dados da execução Safci - SIAFI-Assembléia		
Nota:	(1)	Indenizações por exoneração de Servidores de Recrutamento Amplo - o valor está incluído nos elementos/itens 3.1.90.16-05 e 3.1.90.94-01;
	(2)	Despesas de exercícios anteriores referentes ao período de 1997 a 2002;
	(3)	Contribuições previdenciárias, servidores e patronais FUNFIP e FUNPEMG - art.19, VI da Lei Complementar Federal nº 101, de 04 de maio de 2000;

	(4)	Desp. c/ pensionistas, nos termos da IN TCEMG n. 01, de 18/04/01, art. 3º, c/redação dada pela IN n. 05, de 19/12/01
	(5)	Conforme Instruções Normativas TCEMG nºs. 1 e 5/2001 - deduzindo-se as contribuições previdenciárias dos servidores e patronais FUNFIP e FUNPEMG da linha "Inativos com Recursos Vinculados (1)"
	(6)	Despesas não computadas no art. 18, caput, da Lei Complementar Federal nº 101, de 04 de maio de 2000 - art. 3º da Resolução nº. 5.200/2001 - Deliberação da Mesa nº. 2.331/2004.
<p>Mauri Torres, Presidente - Rêmolo Aloise - Rogério Correia - Fábio Avelar - Antônio Andrade - Luiz Fernando Faria - Elmiro Nascimento - Luís Antônio Prazeres Lopes, Diretor-Geral - Leonardo Claudino Graça Boechat, Diretor de Planejamento e Finanças - Valter Morato Barcelos, Gerente-Geral de Finanças e Contabilidade.</p>		